

# O MEDIEVO PORTUGUÊS E A REVOLUÇÃO DE AVIS.

---

Antonio Marcos Lemos Santos



*Capa*  
Samila Silva Mesquita

*Imagem da Capa*  
D. João I, o de Boa Memória/ primeiro monarca da Dinastia de Avis

*Texto*  
Antonio Marcos Lemos Santos

*Edição e Montagem*  
Antonio Marcos Lemos Santos

*Pesquisa iconográfica e Imagens*  
Antonio Marcos Lemos Santos

*Revisão*  
Profa. Dra. Adriana Zierer

Esta obra foi elaborada como produto educacional do Mestrado Profissional em História/PPGHIST da Universidade Estadual do Maranhão/ UEMA, sob orientação da Profa. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer.



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO



Santos, Antonio Marcos Lemos.

O medievo português e a Revolução de Avis / Antonio Marcos Lemos Santos. – São Luís, 2021.

54 f.; il.

Produto Educacional da Dissertação - Modelos educativos de comportamento: Fernão Lopes e D. Duarte, ordenadores da memória de Avis no século XV, e a produção do paradidático "O medievo português e a Revolução de Avis".

Orientação da Profa. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer.

1. Ensino de História. 2. Modelos Educativos de Comportamento. 3. Portugal Medieval. 4. Paradidático. I. Título.

CDU 94(469) (075)"05/..."

*“Os livros são a prova que os homens  
são capazes de fazer magia”.*

(Carl Sagan, adaptado)

## *Sumário*

Apresentação

Conhecendo seu paradidático

Introdução.....	07
<b>Capítulo 01: Medievo português e a Revolução de Avis.....</b>	<b>08</b>
1.1. Uma História da Península Ibérica para além da Reconquista.....	08
1.2. A formação do Reino de Portugal.....	10
Revisitando o Conteúdo.....	19
1.3. A “Revolução” de Avis.....	21
Revisitando o Conteúdo.....	30
1.4. Pensando em uma perspectiva de longa duração do medievo: As raízes medievais do Brasil.....	32
Revisitando o Conteúdo.....	37
<b>Capítulo 02: D. Duarte o Rei-filósofo.....</b>	<b>38</b>
2.1. Você já ouviu falar de D. Duarte?.....	38
2.2. D. Duarte um rei preocupado com as letras e com a educação.....	40
2.3. D. Duarte e seus leais conselhos.....	43
2.4. Aprofundando o conteúdo: A Dinastia de Avis foi muito preocupada com o educar.....	44
Revisitando o Conteúdo.....	45
<b>Capítulo 03: Fernão Lopes: Historiador a serviço da Dinastia de Avis.....</b>	<b>46</b>
3.1. Você já ouviu falar em Fernão Lopes?.....	46
3.2. A escrita lopesiana e a preocupação da Dinastia de Avis com a memória.....	49
Revisitando o Conteúdo.....	51
Considerações finais.....	52
Referências Bibliográficas.....	53



*Educar é impregnar de sentido o que fazemos  
a cada instante. (Paulo Freire)*

### **Apresentação: Caros alunos (as)**

A “Revolução de Avis” foi um marco na história de Portugal e teve como consequência o precoce processo de supremacia régia que fez desse reino o primeiro Estado Nacional de que se tem notícia, acontecimentos que estão ligados à História do Brasil. Essa Revolução levará uma nova dinastia ao trono português, a de Avis, e pelos atos políticos dela levaram o jovem reino Ibérico ao que se convencionou chamar de Expansão Marítima Ibérica, da qual nós somos frutos, tendo em vista que a chegada dos portugueses à América inaugura um novo momento para a História dessa fração do continente.

Este Produto Pedagógico aborda o tema Medieval, que julgamos necessário para a compreensão de nossas heranças culturais. Convidamos você a refletir quais aspectos guardamos desse período histórico, que há um dia, metrópole viveu e transportou para o solo brasileiro junto com os homens e mulheres que vieram para nosso país no período colonial. Tal convite, consiste em possibilitar aos alunos (as) outro olhar sobre a Idade Média, fazendo com que percebam as características residuais do medieval presentes em nossa cultura e em nosso cotidiano em que vivem, sejam aspectos culturais, religiosos ou arquitetônicos.

Além disso, são apresentados nesse produto alguns personagens dos quais dois estão em destaque, *Fernão Lopes* e *D. Duarte*, respectivamente o cronista oficial do reino e o segundo monarca da Dinastia de Avis. É por meio de seus escritos em especial as Crônicas de Fernão Lopes que temos acesso aos acontecimentos da crise que levou à revolução que nomeia nosso paradigmático. Eles são importantes agentes nesse processo, pois são diretamente responsáveis pelo resguardo da memória dos fatos ocorridos em Portugal entre 1383-1385.

Com este livro, esperamos colaborar com o enriquecimento do conhecimento sobre a História Medieval Portuguesa e na formação de sujeitos críticos, detentores das habilidades e competências próprias para essa etapa do Ensino Médio.

*Desejo a todos (as) uma excelente viagem ao medieval português.*

Antonio Marcos Lemos Santos

## CONHECENDO SEU PARADIDÁTICO

Este paradidático possui algumas seções que irão lhe ajudar a aprofundar os temas contidos nos capítulos; para além dos textos, explicaremos aqui qual o objetivo de cada uma delas.

**LUZ, CÂMERA, HISTÓRIA:** Nessa seção você é convidado a acessar por meio de um *QR* code uma produção audiovisual sobre o tema que você está estudando no capítulo, seja ele um filme ou um documentário.

**HISTORIANDO:** Como forma de aprofundamento, trazemos nessa seção a fala de um Historiador (a) que discute sobre o tema abordado.

**DE OLHO NO DOCUMENTO:** Essa seção tem por objetivo principal fazer com que o aluno (a) tenha contato com um documento histórico e reflita sobre sua produção e o contexto histórico em que foi produzido, será encontrado nessa seção frações dos documentos utilizados para melhor narrar a história medieval portuguesa.

**DIALOGANDO COM...:** Essa seção propõe o diálogo com outras disciplinas escolares para auxiliar no esclarecimento de alguns temas, no geral, a literatura e a sociologia são utilizadas para isso.

**GLOSSÁRIO:** Mesmo que simplificações e abreviações essa seção busca mostrar o sentido de alguns termos utilizados ao longo do paradidático.

## INTRODUÇÃO

**A** Idade Média que ocupa a maioria das páginas dos livros didáticos, além de por vezes ser tratada à margem das demais temporalidades, como a Idade Antiga e a Modernidade, não diz respeito a nada ou quase nada desse recorte temporal na Península Ibérica, de onde temos maior familiaridade. Segundo o historiador José Rivair Macedo, o medieval que se estuda no ensino Fundamental Maior e no Ensino Médio foi no geral construído da historiografia francesa e concentrado em uma Idade Média vivida em outros países europeus como Inglaterra, França, Alemanha e Itália. Estudamos os processos históricos desses países, suas revoluções, crises políticas, pandêmicas e religiosas, que inegavelmente são importantes e devem ser conhecidas por nós. No entanto, viramos as costas para uma Idade Média que está vinculada a nossa formação cultural.

Esta obra tem por objetivo mostrar que há maior fundo de sentido estudarmos a Idade Média Portuguesa, por sua estreita relação com o Brasil. Acreditamos que ao nos apropriarmos desse tema, será possível problematizar melhor as adversidades vividas por nós na atualidade. Sugerimos também que as respostas para questionamentos sobre nossas inquietações da atualidade estão em um passado medieval próximo de nós.

Por fim, reforçamos que o ensino de História Medieval referente a Portugal, mesmo sofrendo com críticas e redução de importância no Ensino Fundamental e Médio, limitando-se ao estudo recorte temporal e geográfico da Reconquista, pode ser aprofundado com este material, não se limitando apenas ao contexto citado, mas alargando as possibilidades para um aprofundamento dos estudos medievais com maior nível de relação com nossa História. Acreditamos que quando trabalhamos com Portugal Medieval, a Revolução de Avis, os escritos de Fernão Lopes e D. Duarte, temas abordados nesta obra estão contribuindo de forma positiva para melhor compreensão dessa temporalidade e para compreender nossa formação cultural e social.



## O Medievo português e a Revolução de Avis

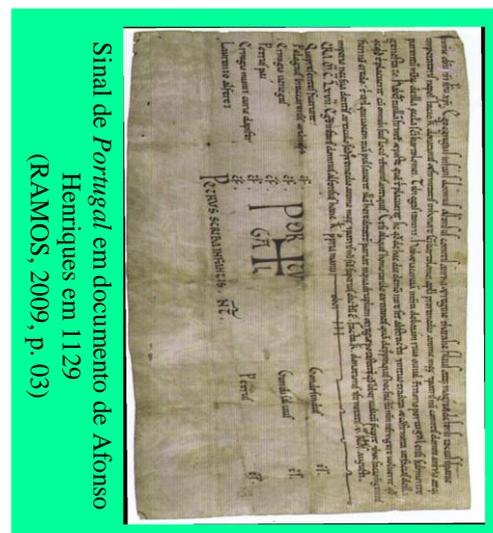


### 1.1. Uma História da Península Ibérica para além da Reconquista

Quando se estuda a História da Península Ibérica, geralmente a historiografia especializada tem se limitado a narrar os acontecimentos apenas do que se convencionou chamar-se “*Reconquista*”, um processo realizado pelos reinos cristãos. Esse processo durou mais ou menos 774 anos, sendo um evento longo, desde a ocupação mulçumana, no século VIII até a sua expulsão definitiva já no século XV. O principal motivo desse combate entre cristãos e mulçumanos era reaver as terras em questão para as mãos da Cristandade. Desse contexto, teremos o nascimento de duas monarquias, Portugal e Espanha, sendo Portugal o primeiro Estado Nacional absolutista de que temos notícia.

Com esse país europeu nós temos vários elementos culturais em comum, no entanto, no geral não estudamos de forma mais detalhada a sua História, pois a mesma sempre é vista sempre em conjunto com a História da Península Ibérica e nosso objetivo é falar em particular da História de Portugal por isso o título “Para além da Reconquista”, o que faremos agora, pois estudando a história de Portugal poderemos perceber melhor as nossas raízes medievais, elementos que também iremos ver em outro capítulo.

Antes mesmo de sua independência, o nome Portugal já era usado, possivelmente mais ou menos desde o século XI, há de se ressaltar também que essa terminologia já era usada nessa época para definir esse território em uma configuração política que possuía relativa autonomia, em relação a sua língua, que nos dias de hoje chamamos Português. Um outro fator que caracteriza a identidade de um povo, nos teremos as primeiras notícias no século



XIII, por meio de documentações que chegaram até nós, devemos registrar que mesmo com essas características não garantiam a esse território ser no futuro um reino independente, pois nem mesmo a língua conferiu-lhe uma unidade política, tendo em vista que ainda estava muito ligado ao *Galaico*.

A partir desses dados, você já percebeu que a história de Portugal tem seu início no período que se convencionou chamar de *Idade Média*, mais especificamente entre a *Idade Média Central* (séc. XI-XIII), e a *Baixa Idade Média* (Séc. XIV e XV).

Portugal formou-se a partir da separação do Reino Castelhana, sua origem deriva do Condado Portucalense, que foi uma faixa de terra recuperada pelos cristãos sob o comando de Afonso VI, nesse período rei de *Leão e Castela*. Esse entrega o território a seu genro, o Duque Henrique de Borgonha que passou a ser seu *vassalo*, relação essa que durou por pouco tempo, perdurando apenas até a morte de seu sogro. Sendo esse marco defendido por alguns historiadores portugueses como o verdadeiro período que marca a independência de Portugal. A morte de Afonso VI, não representaria apenas o rompimento dos laços de *vassalagem* como também o nascimento do novo Reino.

Nesse período, o território que hoje é a atual Espanha inclinava-se cada vez mais para tornar-se um conjunto de estados autônomos de acordo com que o processo de expulsão dos muçumanos se concretizava, passando as áreas reconquistadas as mãos de aliados como do borgonhão D. Henrique, não diferentes dos outros casos, o Condado



Conde D. Henrique de Borgonha  
(RAMOS, 2009, p. 09)

## GLOSSÁRIO

**Historiografia:** Estudo e escrita da história.

**Reconquista:** Eventos que marcaram o longo período de reocupação e expulsão dos muçumanos da Península Ibérica pelos cristãos.

**Galaico:** Língua galega ou ibero-românica  
**Idade Média:** Período de aproximadamente mil anos entre os séculos V e XV que separa a Antiguidade Clássica da Modernidade, convencionou-se que teve seu início com a queda do Império Romano Ocidental em 476 e seu final em 1453 com a queda da fração oriental do Império Romano.

**Idade Média Central:** Foi o período que compreende os séculos XI, XII e XIII foi o período em que a sociedade feudal e um novo modo de produção se estruturaram.

**Baixa Idade Média:** Foi o período entre os séculos XIV e XV, momento de transformações e desintegração do mundo feudal.

**Vassalo:** Súdito de um rei, este era obrigado a submeter-se às ordens e tributos de seu soberano.

**Vassalagem:** Foi uma relação de troca de serviços entre um homem envergadura econômica maior (senhor) e um socialmente menos ou sem posses (vassalo).

Portugalense se encaixava a essa predisposição que se tornou quase regra.

## 1.2. A formação do Reino de Portugal

Concedido a Henrique de Borgonha em 1096, o Condado Portucalense, reunia os antigos condados Portucalense e de Coimbra, o consentimento dessa área foi realizado com características de um *contrato feudo-vassálico*, onde se estabeleceram atribuições específicas aquele que recebe o benefício, tais como direito sucessório aos varões do Conde.

Cabia a esse ser bem leal a seu soberano Afonso VI, governar a fração peninsular recebida atentando para suas obrigações com a coroa de Leão e Castela, como auxílio militar em caso de necessidade de seu nobre suserano.

Para consolidar suas alianças D. Henrique desposou uma filha ilegítima de D. Afonso VI, uma dama de nome Teresa e por fim, cancelaram tal contrato. O que devemos considerar que tais acordos proporcionaram a esse vassalo um novo status no reino, sendo ele ligado direto ao rei que agora era seu sogro, estando em uma possessão que estava por fim separada da Galiza e sem qualquer dependência a essa.

Esse novo feudo ganhou espaço para uma possível independência, e isso ficará expresso no sucesso da defesa e expansão territorial empreendida por D. Henrique, como podemos nota nos mapas ao lado.

Além disso, Henrique de Borgonha e seu condado teriam contribuído para a cristalização de



Formação de Portugal/ Imagem da Península Ibérica no Século XII



Formação de Portugal/ Imagem da Península Ibérica no Século XIII.



Formação de Portugal/ Imagem da Península Ibérica no Século XIV/XV

## GLOSSÁRIO

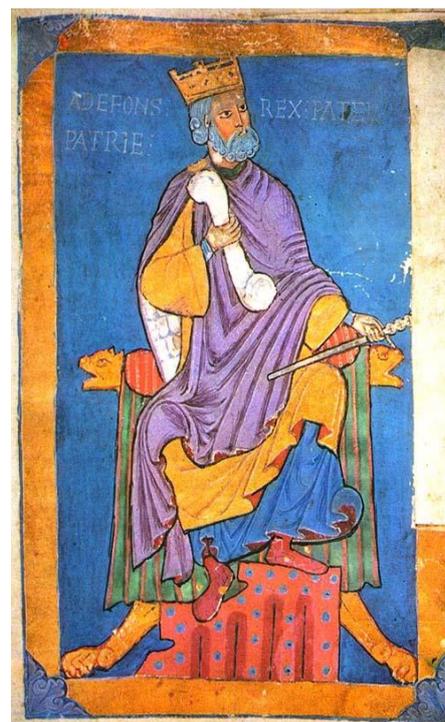
**Contrato feudo-vassálico:** Tratava-se de um acordo feito entre suseranos e senhores feudais ou destes últimos com homens livres que teriam deveres militares, econômicos e de fidelidade aos seus respectivos senhores, que em contrapartida lhes davam um benefício no geral terras e/ou proteção.

uma unidade política com ares de autonomia no Noroeste peninsular, entre os rios Minho e Mondego, limites de sua expansão até então ao sul e ao norte com a Galiza, região que tinha forte influência francesa de onde governava D. Raimundo de Borgonha, primo do conde portugalense, casado com D. Urraca, filha de D. Afonso VI que assume o trono após a morte de seu pai.

Por possuir relativa liberdade em relação à coroa, quando Afonso VI morreu em 1109 D. Henrique tem seu valor como chefe militar reconhecido e é apoiado por nobres em uma possível ação de quebra de hierarquia em relação ao reino de Leão e Castela, o que possibilitaria a criação de um reino independente.

Uma vez que se quebram as amarras dos laços de vassalagem com o falecimento de seu suserano,

E de fato, embora leve muitos anos, a desobediência em relação ao poder central fez desenhar o destino do futuro reino, e podemos afirmar inclusive que, sua separação definitiva de Castela é um dado que tem sua origem na força militar de seus líderes. Esse foi fator decisivo nos primeiros 300 anos da história de Portugal. A força militar D. Henrique já dispunha e ela era elemento muito importante durante a Idade Média Central, então com a morte do rei leonês, ele e suas conquistas vão para o túmulo, e cabe aos pretensos herdeiros. A partir desse momento, disputar esses territórios pelas mesmas vias pelos quais foram conquistados, pela força militar, e entre os dois



D. Afonso VI, rei de Castela e Leão, Miniatura que representa al rey Alfonso VI de León (1047-1109). Forma parte del tumbo A de la catedral de Santiago de Compostela.



D. Urraca I, rainha de Castela e Leão e da Galizia Urraca, rainha ou emperatriz de toda Galiza, Imagem de por volta do século XII.

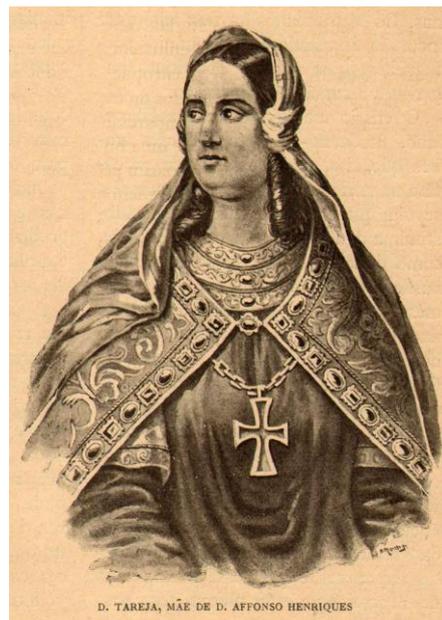
descendentes rivais, D. Urraca e o rei aragonês. Nesse contexto se insere o conde portugalense, esse desejava ser rei e preencher a lacuna de poder aberta com a morte do sogro, para obter benefícios das disputas pelo poder.

D. Henrique declara seu condado independente, mas, esse vem a falecer em 1112, deixando o filho Afonso Henriques, que o sucederia com apenas três anos, e sua esposa D. Teresa, meia irmã de D. Urraca I, agora rainha de Castela, Leão e da Galiza.

Nesse ínterim, D. Teresa fica com a “regência” do condado, ainda não declarado reino de 1112 a 1128, até que D. Afonso Henriques se rebela contra a mãe, dando início a uma guerra civil entre eles, esse último se declarando rei dos portugueses.

Tudo é provocado pelo envolvimento de D. Teresa, agora viúva, com um conde de nome Fernando Peres. Tal envolvimento, teria provocado a irá popular que via o relacionamento como um escândalo. Essa senhora fora inclusive retratada por historiadores portugueses como Oliveira Marques, como “uma mulher inteligente, viva e bela”, sendo a esperteza um elemento próprio de seu espírito. No entanto, como é próprio dos apaixonados ficarem cegos quando envolvidos pelo amor, D. Teresa não fugia a essa regra, cometendo alguns atos que não eram próprios de sua dignidade como viúva e regente do condado. Deve-se pontuar que na Idade Média em Portugal a *mancebia*, não era caso de grave ofensa ao *pudor*, mas esse relacionamento provocou ciúmes em pretensos pretendentes a desposar a regente viúva.

Pois D. Teresa apresentava-se em público e até em cerimônias religiosas na companhia de seu “amante”. O que fez com que os religiosos a pressionassem para casar-se ou largar o dito nobre, pois da forma que estava aquela união era



D. TAREJA, MÃE DE D. AFFONSO HENRIQUES

D. Teresa de Leão, Mãe de D. Afonso Henriques/ Ilustração de Alfredo Roque Gameiro no livro *História de Portugal, popular e ilustrada*, de Manuel Pinheiro Chagas/ Ilustração de Alfredo Roque Gameiro no livro *História de Portugal, popular e ilustrada*, por Manuel Pinheiro Chagas

## GLOSSÁRIO

**Mancebia:** Caracterizam-se como mancebia os relacionamentos não oficializados pelo casamento na Igreja.

**Pudor:** Vergonha, timidez, sentimento gerado por uma educação embasada em conceitos sociais.

**Adulterino:** Relacionado a adultério

escandalosa, comparável mesmo aos livres amores *adulterinos*.

Nesse contexto de ciúmes dos nobres e de envergonhamento dos religiosos, os enciumados viam em Afonso Henriques o símbolo de uma revolta contra D. Teresa. Não podemos esquecer que na Idade Média os homens vivem, existem e enxergam o mundo pelos olhos da Igreja e da tradição e a postura adotada por essa senhora fez com que fosse má vista, pois foi interpretada como ação puramente carnal e corruptível.

Dados os elementos, somam-se a eles, a morte de D. Urraca I e a ascensão ao trono de Afonso VII, e com ele o desejo de controle do território peninsular da Galícia e do condado Portucale. Sua tia D. Teresa, submete-se aos ímpetus expansionistas de seu sobrinho e presta a ele lealdade vassálica. Essa ação dissolveu as conquistas anteriores e reduziu o território de Portugal aos seus limites originais.

A decisão de aceitar o domínio do sobrinho leonês fez com que D. Teresa caísse definitivamente em desgraça; aqueles que já se encontravam descontentes com seu proceder em relação a seu caso amoroso se decidem por rebelar-se contra a então regente do condado. Essa sempre quis ser rainha ou pelo menos não ficar em uma posição indigna em relação a sua irmã Urraca, prova disso é que se declarou rainha em 1116 e há historiadores que defendem que foi ela a primeira monarca desses domínios.

No entanto, a alta nobreza condal, que antes a apoiava e sustentava sua governança, afastam-se com a proximidade de seu escolhido Fernando Peres de Trava, que para esses nobres era um intruso e tinha pretensões de ascensão ao governo do Condado Portucale. Essa objeção ao casal e a interferência do galego que nesse momento já toma posição de regente junto com D. Teresa, faz com que esses nobres descontentes vejam a solução desse problema em D. Afonso Henriques, que nessa época 1128 tinha entre 18 e 19 anos, fase em



D. Afonso Henriques “O Conquistador”./ Afonso I de Portugal/ Primeiro monarca da dinastia de Borgonha, primeiro rei de Portugal.

que o embate entre os barões condaís apoiadores desse infante e os partidários de D. Teresa e Fernando Peres, está em seu auge.

Afonso Henriques tinha a seu favor não apenas a conjuntura e os barões, mas também sua posição de filho de D. Henrique de Borgonha, ter armado a si mesmo como cavaleiro e já ter defendido a cidade de Guimarães, um ano antes em uma tentativa de tomada dessa por seu primo, Afonso VII. Na Idade Média, no que se refere ao campo de batalha, Deus é a força e empregando sua força militar Afonso Henriques impõe derrotas aos seus adversários, e, por volta de 1127-1128, consuma sua vitória e declara-se rei dos portugueses, impondo-se como governante do condado, o que garantia novamente sua autonomia em relação a Afonso VII, tornando-se assim o primeiro rei de Portugal, o que viria consolidar-se em 1140.

Além disso, as vitórias do infante agora rei, iriam por fim definitivamente as relações políticas entre a Galiza e o que viria a ser Portugal. Logo após afirmar-se no poder, representava também o fim do domínio leonês no Condado Portucalense. Findada essa disputa que parecia apenas doméstica, familiar, mas que de fato como se viu não era, em 1131, D. Afonso Henriques se estabelece nos limites do reino com os domínios mulçumanos.

Essa decisão tomada pelo nobre *princeps* pode ser interpretada como estratégia política e militar, tendo em vista que sua influência naquela região poderia lhe conferir a extensão do território de seu reino e que isso era possível pelo sul da península. Após armar e guarnecer as cidades



Condado Portucalense no século XII, Mapa político do noroeste da Península Ibérica a final do século XII. *Contido GFDL* criado polo que carga o ficheiro. Autor / Autor: Alexandre Vigo Copyright:



Batalha de Ourique, travada em 1139, Óleo sob tela de Domingos Serqueira. Altura: 270 cm (106,2 pol.); Largura: 450 cm. Musée Louis-Philippe du château d'Eu, Eu, França



Visão de D. Henriques, pintura de Frei Manuel dos Reis/ Museu Alberto Sampaio.

fronteiriças, em 1139 organizou uma incursão ao território islâmico que se concluiu com a Batalha de Ourique, que você pode ver na imagem ao lado que segundo o historiador, Rui Ramos ganhou caráter de vitória maravilhosa em 1139, pois como você pode perceber na imagem ao lado, Jesus Cristo teria aparecido a Afonso Henriques antes da batalha. Essa aparição teria inspirado sua vitória e dá ares míticos a fundação da monarquia portuguesa, pois nasce associada à religião.

Tradicionalmente acredita-se que essa disputa armada se deu aos 12 dias do sétimo mês de 1139 e teve seu fim com um resultado favorável a Afonso Henriques. No entanto, até nós somente essa informação nos chega, pois fora o resultado da batalha, os outros elementos são desconhecidos, como, o lugar, os inimigos, qual foi a extensão desse combate. O que se sabe é que foi decisivo em curto e médio prazo para a afirmação no poder de Afonso Henriques que se declarou “*portugalensium rex*”, ou seja, rei dos portugueses, e passa a expedir documentos com esse título, proclamando-se como rei e apresentando-se como tal, não sendo apenas soberano de um território, mas esse título o elevava a posição de senhor de um povo, rei dos portugueses.

Mesmo sendo seu pai, Henrique de Borgonha antes de sua morte ter declarado a separação do condado da coroa leonesa, foi de fato Afonso Henriques quem de fato completa a separação de Portugal, passando posteriormente a receber o epíteto de “*O conquistador*”, mas devemos considerar que os acontecimentos ocorrem não apenas por mérito desse, porém também pela



Batalha e Milagre de Ourique, 1139, imagem produzida entre 1530 e 1534. Imagem retirada da Genealogia Portuguesa / Genealogia dos Reis de Portugal. Publicado / produzido originalmente em Portugal (Lisboa), 1530-1534. Imagem de domínio Público.



D. Afonso Henriques, *O Conquistador*  
Estátua de D. Afonso Henriques no Alentejo, comemorativa da vitória na batalha de Ourique. Domínio público.

conjuntura que já encaminhava o condado para no futuro impor-se como reino.

Naquele momento, Portugal passa a ter um território bem definido e consolidado, um “defensor do povo” com poderes militares, que defendeu as suas e as pretensões dos que habitavam esse torrão, fato que tornava cada vez mais impossível a relação de suserania e vassalagem entre Afonso Henriques e Afonso VII.

Devemos recordar aqui que na Idade Média a Igreja Católica exercia grande influência nos reinos europeus em especial na Península Ibérica e seus monarcas, o historiador Oliveira Marques, defende que o Pontífice da Igreja romana exercia uma espécie de suserania espiritual para com esses reis cristãos e por meio de seu poder de condenar em nome de Deus, uma expulsão desses do meio da comunidade cristã podia ter mais peso e relevância que um exército inteiro.

E é por essa via de legitimação do poder que em 1143, em **Zamora** foi ditado o tratado, pelo Cardeal Guido de Vico que no momento representava o papa Inocêncio II. Nesse acordo encontraram-se Afonso Henriques e Afonso VII e pactuam pelo fim das disputas territoriais sob as delimitações concedidas por D. Urraca pelo nobre português, e em contrapartida, o monarca leonês reconheceria a independência de Portugal e o título de rei de D. Afonso Henriques.

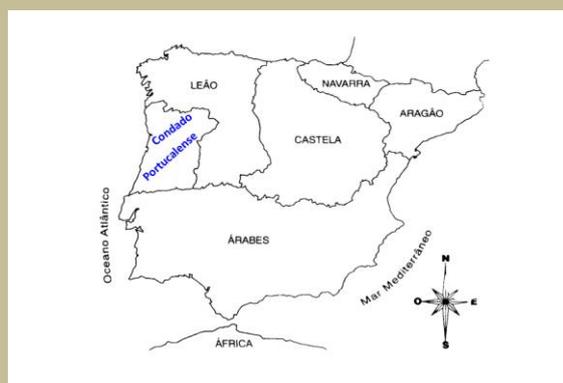
No entanto, por mais que houvesse concessões, a independência de Portugal não era total, tendo em vista que ainda ficaria o reino preso ao grande organismo do agora império peninsular instituído por D. Afonso VII. Mantinha-se assim, uma vassalagem política entre os

## Trabalhando com Imagens e Mapas: *Tratado de Zamora*



Imagem em painel de azulejos, representando o momento da assinatura do Tratado de Zamora: Fundação Nacional de Zamora (Tratado de Zamora). Painel de azulejos no Jardim 1.º de Dezembro, Portimão, Portugal. dimensões: 800X597, fonte: [Aires Almeida](#).

Use o QR Code ao lado para acessar o site *Ensina* e aprofundar seus conhecimentos sobre o assunto em estudo.



Território de Portugal antes do tratado de Zamora

### *Dialogando Sobre*

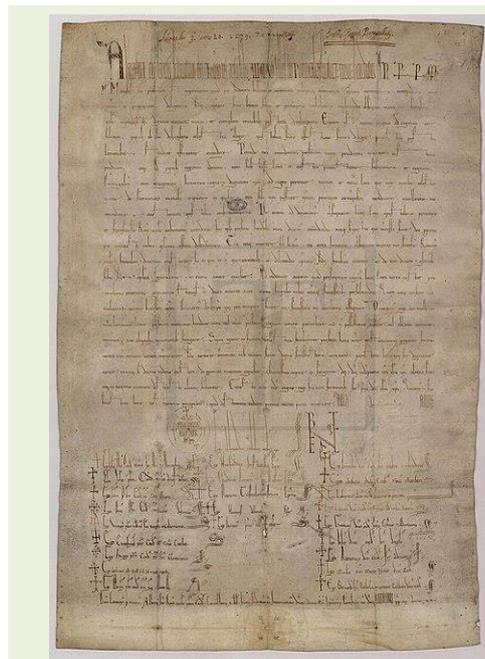


1. O tratado de Zamora assinado em 1143, foi um passo importante para a formação de Portugal, pois representou uma trégua entre os primos Afonso VII e Afonso Henriques. Observe a imagem que representa esse acordo de paz e descreva os personagens que a compõe.
2. Observe o mapa e relacione a expansão em direção às fronteiras do sul, sob o domínio árabe, à batalha de Ourique de 1139.

dois, onde Portugal passava a ser um reino que fazia parte do Império da Espanha, pois em 1135, Afonso VII havia se proclamado Imperador. O que manteria o monarca leonês castelhano como suserano de rei de Portugal. D. Afonso Henriques assina o documento, mas, não concorda completamente com seu conteúdo ou o interpreta de forma diferente e prova disso é que após o acordo, esse se coloca como vassalo do papa Inocêncio II, lhe prometendo pagar imposto anual em ouro e declara o pontífice como seu único suserano. Esse ato de imediato exclui as obrigações com seu primo imperador, a prestação de vassalagem a *Santa Sé*.

Mesmo com o aceite de Inocêncio, a Santa Sé levaria 35 anos para reconhecer D. Afonso Henriques como rei de Portugal, fato ocorrido apenas em 1179. Mas antes de conseguir essa vitória diplomática, o rei português tratou de afirmar-se, fundamentando sua legitimidade em especial no campo militar, nas conquistas sobre os mouros, fazendo com que a parte sul do reino fosse estendida até o Rio Tejo.

E o calor da batalha que moldou a monarquia portuguesa, foi por esse mecanismo que ela usou para se legitimar como uma monarquia guerreira, pois, foi como líder militar que tanto Afonso Henriques como outros monarcas portugueses ganharam prestígio perante seus aliados e partidários, e por suas características *cruzadistas* no combate aos *mouros* e na anexação de territórios para a Cristandade que alcança fama internacional, em especial perante o papado, que era o mais interessado de reaver esses domínios à fé católica. Tanto que em 1179, com a *bula papal Manifestis Probatum*, o papa Alexandre III, reconhecia finalmente Afonso Henriques como rei de Portugal, quatro décadas após o próprio Afonso Henriques se auto declarar rei dos portugueses.



Bula Papal *Manifestis Probatum*/ Bula papal feita pelo Papa Alexandre III, que reconheceu Portugal como um Reino independente, em 23 de maio de 1173.

## GLOSSÁRIO

**Santa Sé:** A Santa Sé é a sede de toda fé católica pode também se referir a pessoa do papa e seu título de Bispo de Roma.

**Cruzadista:** O termo está associado aos ideais das cruzadas, que objetivavam a posse da terra santa para a cristandade.

**Mouros:** Também chamados de sarracenos recebem esse termo os povos advindos no norte do continente africano que eram adeptos do islamismo.

**Bula Papal:** A bula papal é um documento que se constitui como um alvará expedido pela Santa Sé, este documento possui até os dias atuais possui força de lei eclesiástica com validade para toda cristandade católica.

Por fim, D. Afonso Henriques estava legitimado e seu reino reconhecido, parte dessa legitimidade e reconhecimento foi conseguida em campo de batalha, pela força militar por suas conquistas contra os muçulmanos e uma industriosa política externa entre a coroa leonesa castelhana e a Santa Sé. O resultado desse empenho político e militar foi o alargamento das fronteiras do antigo Condado Portucalense agora reino de Portugal conquistando e mantendo territórios.

Outro fator importante era a sucessão continuidade da agora dinastia de Borgonha e ela foi garantida com o enlace matrimonial entre D. Afonso I, e D. Mafalda de Saboia, filha do conde de Saboia, Amadeu II, essa que se tornou a primeira rainha consorte de Portugal. Dessa união nasceria o sucessor do trono português D. Sancho I, que sobe ao trono em 1190 após a morte do pai D. Afonso I de Portugal em 1185.

O reinado do segundo rei de português também seria marcado pela guerra e expansão territorial elemento necessário para firmar o território do que nos dias atuais é Portugal, que segundo o historiador Rui Ramos, só viria a se configurar nos moldes que conhecemos em 1249, no reinado de Afonso III, quando esse conquista dos mouros a região do Algarve.

Assim seguiria até a “Revolução de Avis” ocorrida entre 1383-1385, quanto há uma crise de sucessão dinástica com a morte do último rei da Dinastia de Borgonha, *D. Fernando I, o rei formoso*, que morrera sem deixar herdeiro varão.



D. Mafalda de Saboia (1125-1158), primeira rainha consorte de Portugal, em iluminura do século XVI. Entre 1530 e 1534/ Imagem retirada da Genealogia Portuguesa / Genealogia dos Reis de Portugal.



D. Sancho I, Rei de Portugal e segundo monarca da dinastia de Borgonha, imagem entre cerca de 1312 e cerca de 1325/ Compendio de crónicas de reyes del Antiguo Testamento, gentiles, cónsules y emperadores romanos, reyes godos e de los reinos de Castilla, Aragón, Navarra y Portugal - Biblioteca Digital Hispánica.

*LUZ, CÂMERA, HISTÓRIA.*

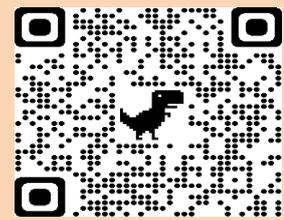


*A fundação do Reino de Portugal.*

Narrado e apresentado por Luís Filipe Borges e o Prof. Fernando Casqueira.

**Duração:** 45min.

Use o QR code para assistir o documentário.



*Revisitando o Conteúdo*

1. De acordo com o que você estudou, no início deste capítulo, as fronteiras entre os reinos na Idade Média estavam muito associadas às ações dos homens e você percebeu isso ao estudarmos a formação de Portugal. Elabore um texto descrevendo as transformações ocorridas nas fronteiras entre Portugal e o reino Leão e Castela.

---

---

---

---

---

2. As Guerras de Reconquista da Península Ibérica possibilitaram a formação do reino de Portugal em especial sua expansão territorial ao sul. Aponte os fatores que possibilitaram a formação do Estado português.

---

---

---

---

**3. As disputas entre os reinos cristãos no território ibérico entre os séculos XI e XIV estiveram marcadas por motivações tanto expansionistas quanto religiosas e foram empreendidas por grupos que tinham uma linha de parentela relativamente próxima como D. Afonso VII de Leão e Castela, e D. Afonso I de Portugal, que eram primos. De posse destes dados complete o quadro contendo os personagens abordados neste tópico e qual linha de parentesco tinham.**

<i>Personagens</i>	<i>Grau de parentesco</i>
D. Raimundo de Borgonha e D. Henrique de Borgonha	
D. Urraca I e D. Teresa de Leão	
D. Afonso VII e D. Afonso I de Portugal	
D. Afonso I de Portugal e D. Urraca I	
D. Afonso VI de Leão e Castela e D. Afonso I de Portugal.	

**4. A Idade Média está muito associada a relações feudo-vassálicas que consistiam em um acordo de ajuda mutua entre integrantes da nobreza, diante do exposto responda.**

a) Quais os “poderes” e atribuições de um suserano?

---



---



---

b) Nesse sistema quais as obrigações dos vassallos?

---



---



---

**5. A história de Portugal se insere no contexto Medieval. Com auxílio das informações que você teve nesse tópico conceitue:**

a) Idade Média Central.

---



---



---

b) Baixa Idade Média.

---



---



---

### 1.3. A “Revolução de Avis”

A crise dinástica de 1383-1385, marcou a história do jovem reino de Portugal em vários aspectos, representou um momento de maturidade do mesmo, como também foi a célula embrionária para a construção do sentimento de nacionalidade do povo português. Em resumo, após sucessivas mudanças no trono por reis da dinastia de Borgonha, teremos o nascimento de um novo grupo, a dinastia de Avis, que na verdade é apenas uma ramificação da dinastia anterior, pois o fundador da casa avisina era filho ilegítimo do penúltimo rei da casa de Borgonha D. Pedro I, e irmão de D. Fernando I.

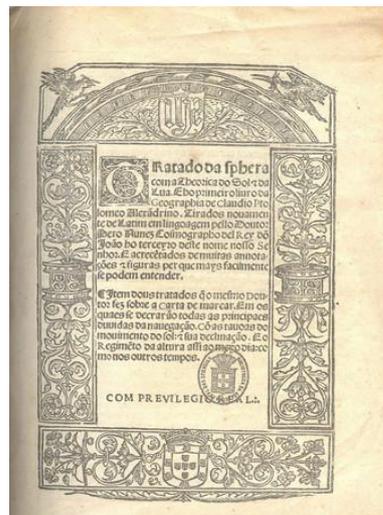
E é com D. Fernando que iniciamos nossa História, tendo em vista que foi sua administração que levou o reino a uma profunda crise em 1383, logo após a sua morte.

D. Fernando envolveu-se em várias guerras com o reino vizinho, obtendo mau êxito nelas, resultando em acordos desvantajosos para a coroa portuguesa e pondo em risco a soberania de seu reino. Como o acordo que se vê obrigado a assinar para selar a paz entre seu reino e o de Castela, o Tratado de Salvaterra de Magos, assinado em abril de 1383, onde entrega sua filha D. Beatriz nesse período ainda com menos de doze anos, em casamento ao rei castelhano D. João I de Castela.

Meses depois de assinado o acordo de paz, D. Fernando Morre, esse rei tivera apenas uma filha como herdeira, D. Beatriz fruto de seu casamento com D. Leonor Teles rainha de Portugal, não deixando descendente varão para substituí-lo deixando o trono vacante. A essa época a infante já estava casada com D. João I de Castela desde maio de 1383, em cumprimento ao acordo de paz assinado entres os monarcas.



D. Fernando I o rei formoso, ultimo monarca da casa de Borgonha. Retrato do Rei D. Fernando I de Henrique Ferreira (1720). Localizado na Casa Pia Biblioteca Pina Manique, originalmente integrante da coleção de retratos reais do Mosteiro de Belém. Imagem em domínio público.



Tratado de Salvaterra de Magos, Imagem disponível em:

<https://www.timetoast.com/timelines/cronologia-1383-1385>



seu marido, o reino ficaria para um filho seu e somente caso a herança fosse extinta sem herdeiro dele ou dessa infanta somente assim D. João I de Castela deveria ser aclamado rei dos portugueses.

Havia ainda a possibilidade de os filhos de D. Pedro I com Inês de Castro também serem pretensos candidatos à ascensão ao trono, pois se configuravam como herdeiros, tendo em vista que esse rei não só legitimou seu casamento com D. Inês como a coroou rainha mesmo após sua morte. Estes eram os infantes D. Dinis e D. João, que moravam em Castela e por esse motivo não eram bem vistos para a sucessão.

O que não veio a acontecer, pois paralelamente aos grupos que se movimentavam para erguer-se ao poder, surge D. João, Mestre da *Ordem de Avis*, que apoiado por um grupo de *secundogênitos* e moradores das cidades também se alinhou na mesma direção.

D. Leonor assume a regência após a morte de D. Fernando, no entanto, sai da disputa após a morte do Conde Andeiro, possivelmente seu amante, que foi morto por D. João, Mestre de Avis como representado na imagem ao lado, ato justificado por Fernão Lopes que seria para lavar a honra de seu irmão falecido. Essa rainha sai de Lisboa, cidade que se mostra aliada do Mestre de Avis, foge para Alenquer e em seguida para Santarém cidades que eram aliadas a ela, por fim enfraquecida abdicou da regência em causa de sua filha e seu genro.

Pelo não cumprimento das cláusulas do Tratado de Salvaterra de Magos que previam a



D. Leonor, a aleivosa/ Rainha de Portugal e regente em 1383.



A Morte do Conde Andeiro. Dom João (posteriormente Rei D. João I), Grão-Mestre da Ordem de Avis mata João Fernandes Andeiro, Conde de Ourém. Pintura no Museu Nacional de Soares dos Reis, na cidade do Porto/Portugal.



D. João I, o Mestre de Avis/ após a execução do conde de Ourém em 1383, é nomeado regedor e defensor do reino.

### GLOSSÁRIO:

**Ordem de Avis:** Ordem religiosa de caráter militar fundada no período medieval.

**Secundogênitos:** Filhos segundos que recebiam uma parcela menor dos bens de seu pai, recebendo também menor atenção na formação e educação.

**Crônica:** Registro cronológico de eventos.

regência de D. Leonor e a ascensão de D. João de Avis ao cargo de regedor e defensor dos reinos. D. João I de Castela decide invadir Portugal em defesa de seus direitos e de sua esposa D. Beatriz.

Em janeiro de 1384, D. João de Castela invadiu Portugal, iniciando por Santarém onde sua sogra encontrava-se refugiada. Em seguida, no mês de abril, outra frente do exército do rei castelhano em outra região de fronteira. No entanto, esses foram derrotados por D. Nuno Álvares Pereira na Batalha de Atouros. Por fim, em maio do mesmo ano, as forças castelhanas chegam à cidade de Lisboa impondo um cerco de quatro meses, que só foi desfeito após D. Beatriz adoecer por um surto de peste que se alastrou entre os castelhanos. E se instala então uma crise sucessória onde se polarizam as disputas entre o mestre de Avis D. João, o rei de Castela e sua esposa.

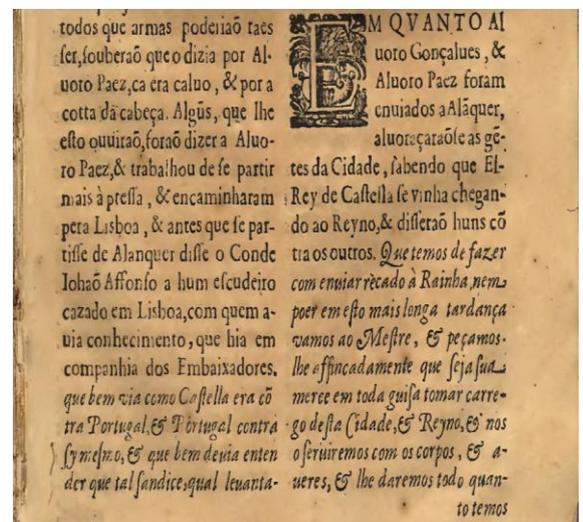
Nesse contexto, D. João de Avis, futuro D. João I de Portugal, o rei “de Boa memória” desponta para a sucessão ao trono e ao nascimento de uma nova dinastia em Portugal, a de Avis, ele é tratado por Fernão Lopes na *Crónica de D. João I*, como novo, o representante do povo, chamado pelo cronista de “*arraia miúda*”. Sendo diferente dos demais, D. Leonor além ter traído D. Fernando I, estava associada a sua má gestão, D. Beatriz e D. João I de Castela representavam a posse de estrangeiros do reino que deveria ser dos portugueses. Assim, Lopes constrói a imagem de rei salvador dos portugueses em D. João de Avis, na imagem da crônica ao lado Lopes chega inclusive a dizer que “*aqueles que verdadeiros portugueses fossem*”, deveriam aliar-se ao Mestre de



D. Beatriz, Rainha consorte de Castela e D. João I Rei de Castela.



Cerco de Lisboa em 1384/ O Cerco de Lisboa nas Crônicas de Jean Froissart.



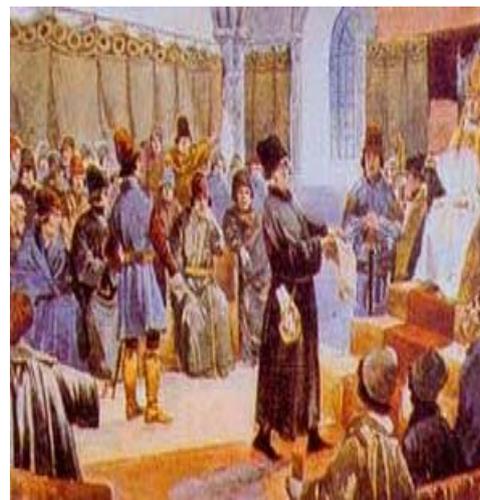
Crónica de D. João I / capítulo 27.

Avis, pois ele representava o amor pela terra e a continuidade da independência que foi conseguida e mantida por séculos. D. João era filho de rei e por isso tinha a legitimidade para ser entronizado rei dos portugueses.

Inclusive Lopes nunca nas mais de mil páginas da *Crónica de D. João I*, toca no termo bastardo ou sugere a ilegitimidade do Mestre, pelo contrário, tenta passar a ideia de continuidade, de que não teria ocorrido uma quebra na linha sucessória, na História de Portugal, sempre justificando a ascensão de D. João pelos seus feitos nos combates e por ser filho de rei, o rei D. Pedro I.

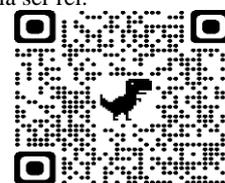
Depois de afastado o risco imposto pelo cerco de Lisboa, onde esta foi cercada por mar e por terra por grande quantidade de homens, navios e galés e essa cidade ter passado por crise de abastecimento. Em abril de 1385, estiveram reunidas as Cortes em Coimbra, que se tratava de uma reunião composta por nobres, clérigos e representantes de vilas; os últimos falavam pelo povo em geral, esta ocorreu de março a abril de 1385.

Nessas cortes o nome do Mestre de Avis se sobressai graças à ação de João das Regras, esse já era associado à coroa, sendo conselheiro de D. Fernando I. Enteado de Álvaro Pais, se torna partidário do Mestre motivado por seu padraço, é ele quem monta o discurso e argumentos para aclamação de D. João ao trono português, sendo fundamental para a eleição do mesmo. Foi homem de letras que segundo Fernão Lopes, estudou na Universidade de Bolonha, foi



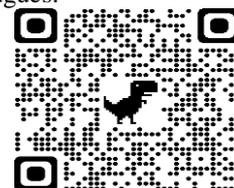
As Cortes de Coimbra de 1385, onde Dr. João das Regras convence a todos de que o Mestre de Avis deveria ser rei.

Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.



Dr. João das Regras em selo do correio português.

Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.



## [CAPÍTULO CLXXXVI]

professor e reitor da Universidade de Lisboa cargo que lhe foi concedido de forma vitalícia por D. João I.

Na imagem ao lado, você pode ler alguns dos argumentos de João das Regras que foram escritos por Fernão Lopes na *Crónica de D. João I*. Sua principal tese para a eleição de D. João foi que havia vacância no trono por ausência de herdeiros legítimos para ocupá-lo.

Apresenta também os vários quadros possíveis, caso determinados candidatos ocupassem o posto de monarca, e por fim apresenta D. João Mestre da Ordem Militar de Avis como aquele que era portador de todos os requisitos ausentes nos demais.

Os principais argumentos foram às ações do Mestre em defesa do reino e ser filho de D. Pedro I, assim pertencendo à família real, no mais o Doutor João das Regras desqualifica os demais pretendentes, põe dúvida sob a legitimidade de D. Beatriz, tendo em vista que sua mãe D. Leonor traía o *rei formoso* D. Fernando, pondo em dúvida assim se essa era de fato filha do monarca falecido.

Desse embate discursivo e também por força militar, pois há também coação, ou seja, uso da força por parte dos apoiadores da causa avisina para que o Grão-mestre de Avis fosse eleito e assim, sai vitorioso o Mestre de Avis, que passaria a chamar-se D. João I. No entanto, o rei de Castela não aceitará a aclamação das Cortes de Coimbra e novamente volta a invadir Portugal e dessa nova invasão, em 14 de agosto de 1385 foi travada a batalha de Aljubarrota.

COMO O DOUTOR MOSTROU CLARAMENTE QUE NUNCA FOI CERTO DONA ENES FOSSE MOLHER DELREI DOM PEDRO.

«HORA pois teemos elRei e a Rainha nom perteeçemtes pera rreinar, vejamos sse acharemos outros algũs chegados parentes que rreinem em logo «delles; e teemollos logo muito prestes, que som os Iffantes «dom Joham, e dom Denis, filhos delRei dom Pedro; dos quaaes «a muitos parece sobejo rrazoar fallar homem se devem herdar «ou nom; porque assi como o que sse quer salvar, nehũa «cousa duvida na fee que cree, assi a estes sem mais duvida «que ponham, sempre som prestes a ouvir que som lidemos «herdeiros sem contradigom que em ello achem. E porque «esse alguis acostam a esta parte, e nos nom cahirmos assi de «digeiro, pesemos ante bẽ esta cousa, sem afeioom que sse de «nos assenhore; e ponhamolla em preço rrazoado segumdo «a rrazom e dereito rrequere, e assi podemos veer se a ver- «dade comradiz ao desejo de taes.

«E pois todas nossas rrazoões chãamente ham de seer «emcaminhadas por saber a certidom desto, sem outros argu- «mentos nem mais disputaçom, a antiiga verdade protesta «saber primeiro duas cousas daqueste negocio: a hũa se foi «certo, que dona Enes era molher delRei dom Pedro; a outra «posto que a rreçebesse, se podia seer sa molher de dereito, «e os filhos taes que podessem herdar. E de muitos cuidarem «que ella sua molher era rreçebida, isto nom he de mara- «vilhar; ca vistos os juramentos, que elRei e os outros sobristo «afezerom; desi as rrazoões que o Comde de Barçellos em esta «cidade propos naquell tempo; e mais huia letera de des- «pennsaçom que logo publicou perante todos, bem he de «cuidar que sua molher era, sem outra duvida que sse neello «deva de teer.

«E porque estas cousas a todos som notorias, e aqui ha «muitos que de presente foram, nom curo perllongar mais «como sse esto passou. Mas rrespondẽdo aa primeira rrazom «que compre de saber, se foy ella sua molher ou nom, digo

Fração da crônica de D. João I “*O rei de Boa memória*”.



Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o



D. João Mestre de Avis, regedor e defensor do reino.



Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.

Essa batalha foi de fundamental importância para a vitória efetiva de D. João e seus apoiadores que contaram com ajuda inglesa. Deve-se também levar em consideração a participação do chefe militar D. Nuno Álvares Pereira e a utilização de técnica militar que para o período eram inovações, como as covas de lobo.

Para além de a força militar e da astúcia dos soldados portugueses, na narrativa de Fernão Lopes que descreve a batalha foi inserida um conjunto de elementos religiosos que justificavam a vitória portuguesa sob os castelhanos, que estavam em número superior. Mesmo em menor número, como revela o historiador Joaquim Veríssimo Serrão, ao final da tarde os inimigos castelhanos, que contavam em maioria, já batiam em retirada, deixando para trás 3000 homens mortos e acabando mais outros de serem abatidos. Os portugueses acreditaram que Deus estava do lado do Mestre e teria ajudado a vencer os invasores, assim a vitória de Aljubarrota teria tido uma interferência divina, motivada pelas ações cristãs dos portugueses aliados de D. João, exemplo de D. Nuno que rezou antes do combate. Como você pode ver na imagem ao lado.

Assim as forças comandadas por D. Nuno Álvares Pereira mesmo em menor número infligiram uma dura derrota aos inimigos. E assim estava garantida a independência e por esse motivo essa batalha permaneceu ao longo de séculos como um marco decisivo na história portuguesa.

Um tratado definitivo seria assinado em 1411, pois o reino de Castela mesmo derrotado não



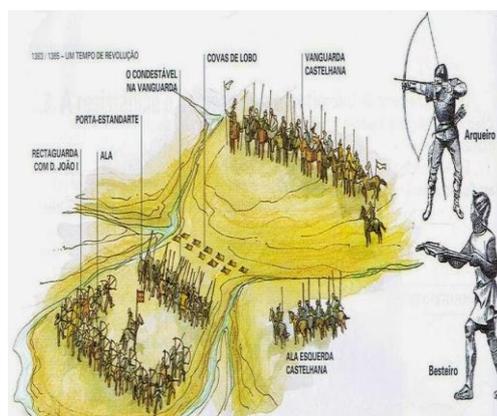
Batalha de Aljubarrota, embate que marca o fim da Revolução de Avis.

Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.



D. Nuno Álvares Pereira, "O Condestável".

Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.



Técnica militar das covas de lobo

Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.

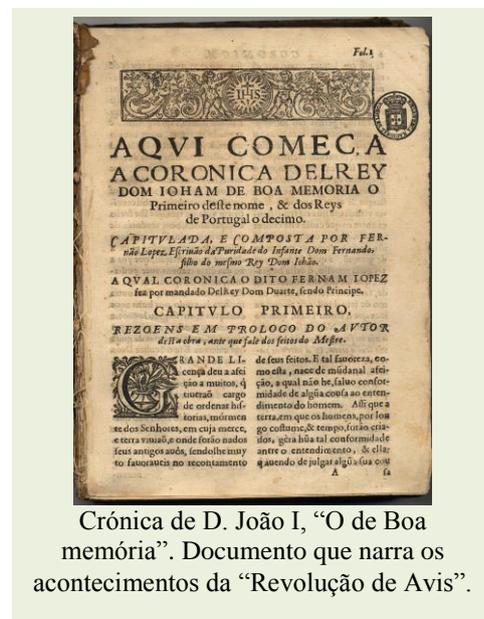


desistiria facilmente da perda de seus “direitos”, e por fim a independência estava salva e não apenas isso, inaugurava-se em Portugal um novo tempo e uma nova dinastia. Que de fato levará o reino a um novo momento, com os seus atos de legitimação simbólica levaram Portugal a ser o primeiro Estado Nacional absolutista, a conquista de territórios como Ceuta na África, as grandes navegações dentre outros.

Fernão Lopes em sua narrativa fala de um momento onde homens de baixa condição seriam elevados, no entanto essas mudanças no campo social não passaram das páginas da crônica que ele escreveu. A alta nobreza que apoiou Castela foi expulsa, e suas terras dadas aos que apoiaram o Mestre de Avis, a burguesia e os nobres secundogênitos foram os mais beneficiados nesse processo, pois a primeira alcançou altos cargos no governo e os últimos receberam terras dos que foram tratados como traidores.

No ano seguinte após Aljubarrota, D. João I, para se fortalecer externamente, assina um tratado com seu principal parceiro, o reino da Inglaterra, o Tratado de Windsor, as letras desse tratado contavam que os reinos comprometiam-se em ajudar-se mutuamente. Desse tratado também nasce o enlace matrimonial entre D. João I e D. Filipa de Lencastre, que se casaram na Sé do Porto em 1387.

Dessa união nasceram oito filhos, chegando seis a vida adulta, sendo considerada modelo de fertilidade, tendo em vista a quantidade de filhos que teve. Eram eles D. Duarte que sucederia seu pai, D. Pedro, D. Henrique, D. Isabel, D. João e D. Fernando. Essa

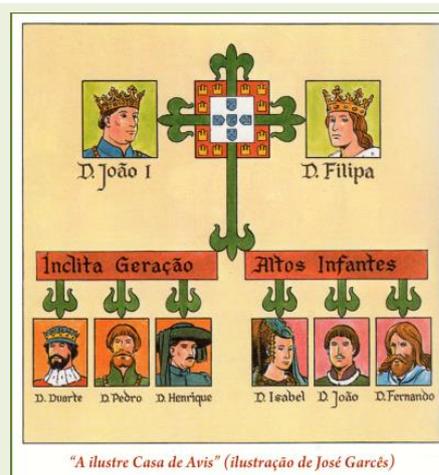


Crônica de D. João I, “O de Boa memória”. Documento que narra os acontecimentos da “Revolução de Avis”.



Casamento de D. João I e D. Filipa Lencastre

Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.



Filhos de D. Felina e D. João I

Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.



geração de infantes seria eternizada por Camões em *Os Lusíadas*, como você pode ler no *Box* ao lado.

Essa primeira geração de Avis, esteve muito associada às letras, foram os príncipes e reis da nova dinastia, em especial D. Duarte, considerado o grande arquiteto de projeto de afirmação da nova Casa Real, por meio de uma literatura com feições doutrinárias, ou seja, com o objetivo de ensinar novos hábitos, novos valores e uma nova forma de perceber o mundo, tendo em vista que seu iniciador é resultado de um relacionamento extraconjugal, isto é, de um relacionamento não oficial.

Esses príncipes e o próprio iniciador da nova dinastia escreveram tratados de conduta moral, D. João escreveu o *Livro da Montaria*, um tratado de caça a javalis, D. Duarte escreveu o *Leal Conselheiro*, o *Livro dos Conselhos*, o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sela*, obras que consistem em um discurso de preceitos morais que tinha por objetivo indicar modelos de comportamento a serem seguidos que no geral eram os próprios membros da família real e seus aliados, como D. Nuno Álvares Pereira. Nessa linha D. Pedro, que escreveu um livro de ensinança de condutas virtuosas intitulado *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, além de traduções de obras de mesma natureza ou as crônicas de Fernão Lopes encomendadas por D. Duarte, que narram os feitos do primeiro rei avisino D. João I. Pois por meio dessa literatura o novo grupo social que ascende ao poder pós Revolução de Avis pretende legitimar-se e perpetuar seus feitos na memória da sociedade portuguesa.

### Dialogando com a Literatura

Não consentiu a morte tantos anos  
Que de Herói tão ditoso se lograsse  
Portugal, mas os coros soberanos  
Do Céu supremo quis que povoasse.  
Mas, pera defensão dos Lusitanos,  
Deixou Quem o levou, quem governasse  
E aumentasse a terra mais que dantes:  
**Ínclita geração, altos Infantes.** (CAMÕES,  
2000, p. 266).



Capa do Livro da Montaria de D. João I.

Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.



Página do *Leal Conselheiro* escrito por D. Duarte.

Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.





# A crise de 1383 - 1385

## A crise se 1383-1385

Vídeo desenvolvido pelo Prof. Carlos Carrasco.

**Duração:** 11min.

**Sinopse:** O vídeo em questão tenta de forma breve e com linguagem simples fazer um sobrevoó sobre os acontecimentos que levaram a Revolução de Avis e a ascensão de D. João I ao trono.



Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.

## Veja também

### A Rainha Que o Povo Odiou.

**Documentário:** Narrado e apresentado pelo Prof. José Hermano Saraiva.

**Duração:** 24min50seg.

**Sinopse:** Em linhas gerais Hermano Saraiva monta o perfil de D. Leonor Teles última Rainha da dinastia de Borgonha.



Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.

### Revisitando o Conteúdo

1. Após acesso ao conteúdo e aos vídeos indicados, descreva brevemente com suas palavras os fatores que levaram a Crise de 1383-85 em Portugal.

---

---

---

---

2. O que foi a Revolução de Avis?

---

---

---

---

3. Fernão Lopes aquele que foi responsável pela escrita da história da Crise de 1383-85 também conhecida como Revolução de Avis, foi cronista de três reis da nova dinastia, D. João I, D. Duarte e D. Pedro. Este cronista se diferencia dos demais, pois investiga documentos para depois registrar os fatos, por este motivo Lopes é considerado o primeiro historiador português. Outro elemento que o diferencia dos demais é o fato de registrar acontecimentos fora da corte, e os seus antecessores apenas a vida cortesã e as ações dos reis. Você concorda que o fato de pesquisar e escrever sobre o povo o faz um historiador?

---

---

**4. Leia o texto abaixo e responda as questões.**

**Crônica de D. João I**

Numa manhã do ano de 1383, o administrador da pequena cidade portuguesa de Santarém mandou chamar as mais importantes pessoas do lugar pedindo que se reunissem no adro da velha igreja de Santa Maria de Marvila. Deveriam trazer suas armas e brasões para aclamarem a jovem princesa D. Beatriz como Rainha de Portugal pela morte de seu pai, o rei D. Fernando.

Tão logo a notícia se espalhou pela cidade, todos se alvoroçaram em sinal de protesto. Aclamar a princesa significava entregar o trono português ao rei de Castela, seu marido, e isso ninguém aceitava. Aos poucos, a praça da matriz foi ficando cheia de pessoas inquietas, que falavam umas com as outras, considerando o caso um desvario.

Aproximou-se Vasco Rodrigues, o administrador, montado em um grande e bonito cavalo, acompanhado de pequena comitiva. Ergueu a bandeira da cidade e deu um brado:

- Pela rainha D. Beatriz, rainha de Portugal e nossa Senhora!

Todos permaneceram calados, fitando Vasco Rodrigues com olhos duros de reprovação. Surpreso, o administrador começou a andar vagarosamente entre a multidão. Afastando-se um pouco, perguntou aos seus companheiros:

- E vós outros, não dizeis nada? Dizei: Pela rainha D. Beatriz!

Eis, então que uma velha senhora, toma coragem, esbraveja:

- Nunca! Viva D. João, que é legítimo herdeiro desse reino, e não a rainha de Castela! Jamais ficaremos sujeito aos castelhanos! Deus não permitirá!

A multidão entusiasmou-se e passou a repetir os gritos da velha enquanto seguia Vasco Rodrigues que, por cautela, foi se afastando. O administrador ainda tentava reverter à

situação a seu favor, clamando por D. Beatriz. No meio de tamanha confusão, um homem mal-encarado disse para os outros:

- Que estamos fazendo? Temos que agir!

E tirou sua espada da bainha, no que foi seguido por outros, que gritavam:

- Matemos o administrador!

Aqueles que acompanharam Vasco Rodrigues trataram de deixá-lo, indo cada um para um lado. Ao se ver sozinho, o administrador ficou apavorado. Bateu as esporas no cavalo e tratou de fugir rápido.

Atrás dele ia o povo com as espadas em punho, bradando que o matassem. Os que estavam nas casas saíam para ver o tumulto e juntavam-se aos outros.

Assim que chegaram às portas do castelo, fecharam-nas às pressas e gritaram:

- Viva o infante D. João! Viva!

E o grande alvoroço só serenou durante a noite, não falando todos noutra coisa.

LOPES, Fernão. *Crônica DelRei Dom Ioham de Boa Memória, o primeiro deste nome e de Portugal o décimo*. Vol. I, cap. I. Fernão Lopes, Lisboa, 1644. Cap. 68. p. 116.

a) O que o texto acima narra? Liste seus personagens e sua relação com a Revolução de Avis.

---

---

---

---

b) Em sua opinião qual a importância da participação popular em um movimento “nacional”? Você acredita que essa parte da Crônica de D. João I prova que houve participação popular na Revolução de Avis? Justifique.

---

---

---

---

#### 1.4. Pensando em uma perspectiva de longa duração do medievo: As raízes medievais do Brasil

Provavelmente quando você ouve os termos, *Idade Média* e *Feudalismo*, lhe parecem palavras relacionadas a um passado distante de sua realidade, ou esses vocábulos estão carregados de conotações negativas, tais como, “*grande noite da humanidade*”, associadas ao “*retrocesso*” ou a um período “*notadamente sem avanços científicos*” e “*dominado pelo pensamento religioso*”.

No entanto, o medievo está mais próximo do que se pode imaginar, o que por vezes nos falta é uma análise mais atenta para encontrarmos o que temos de medieval, quais as permanências dessa temporalidade e seu modo produtivo em nossos dias, ou em recortes temporais mais próximos de nossa realidade vivida como, por exemplo, o período colonial brasileiro, onde se pode perceber com mais clareza que algumas heranças medievais importadas pelos colonizadores portugueses que como você pode ver nos tópicos anteriores viveram essa temporalidade e trouxeram consigo para a Colônia elementos medievais que são constituintes da amalgama cultural que formou o povo brasileiro.

Partido da perspectiva de uma “*longa duração da Idade Média*”, onde alguns historiadores defendem que essa temporalidade teria seu início e final, fora dos marcos temporais que foram convencionados (entre os séculos V e XV), mas que na verdade dependendo da perspectiva podemos encontrar datações diferentes para o término dessa temporalidade, como autores portugueses que defendem, por exemplo, que em Portugal. Ela, a Idade Média, ainda estava latente no século XVI, período esse em que já se tem contato



Conde Rudolf von Neuenburg.

Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.



#### *Historiando*

*A Longa Duração* da qual nos referimos é o conceito que trata das permanências, é onde podemos aprofundar os estudos nas estruturas sociais que não se desfazem rapidamente, mas sim que se matem frente às mudanças. Segundo Braudel “[...] situa-se uma história de fôlego ainda mais contido e, neste caso, de amplitude secular: trata-se da história de longa, e mesmo de muito longa, duração.” Assim com os elementos que apontaremos neste tópico. (BRAUDEL, 1990, p.10).

direto com sua colônia americana ou como Le Goff que defende ter de fato morrido o medievalismo com a Revolução Industrial no século XVIII, o que nos deixa bem próximos do medievalismo e de perceber suas permanências nos dias atuais.

Quando fazemos uma viagem pelas raízes da História brasileiras, podemos encontrar em sua gênese aspectos que nos ligam de forma visceral ao medievalismo vivido e transposto via oceano atlântico pelos homens e mulheres que viveram na Idade Média e não podemos negar esse legado, pois devemos considerar que, a cultura *multifacetada* de nosso país, regra geral, foi constituída do encontro de diversos povos e culturas que compartilharam entre si, credos e hábitos e que perpassam até o tempo presente.

Essas *medievalidades* chegaram até nós por meio da literatura, como por exemplo, *Os Sertões* de Euclides da Cunha, onde encontramos o messianismo com a mesma feição do que aconteceu na revolução de Avis, onde as massas se apegam a um personagem e acreditam que essa irá conduzi-los a um tempo de prosperidade na terra, ou em João Guimarães Rosa em seus livros, *Grande Sertão Veredas* que se constitui nos moldes de uma *novela de cavalaria*. Com modelos ideais a serem seguidos e amores impossíveis de serem vividos, podemos citar também ainda no Nordeste, Ariano Suassuna e seu livro *A Pedra do Reino*, de forte influência do teatro medieval, de tema político, moral, religioso e ideológico com costumes de acordo com as prescrições litúrgicas próprias da Idade Média. Francisco de Paula Ribeiro e a descrição de sua

## Historiando

*As raízes do Brasil evidentemente antecedem o Brasil. Elas são anteriores a 1500. Elas encontram-se no período que a muito se convencionou chamar de Idade Média.*

*Nosso país compartilhou a mesma alma de sua metrópole e o caráter medieval foi um desses elementos. Ora, os lusitanos dos Descobrimentos e dos primeiros tempos da colonização, tradicional era toda herança vinda da Idade Média. (Franco Jr, 2008, p. 82).*

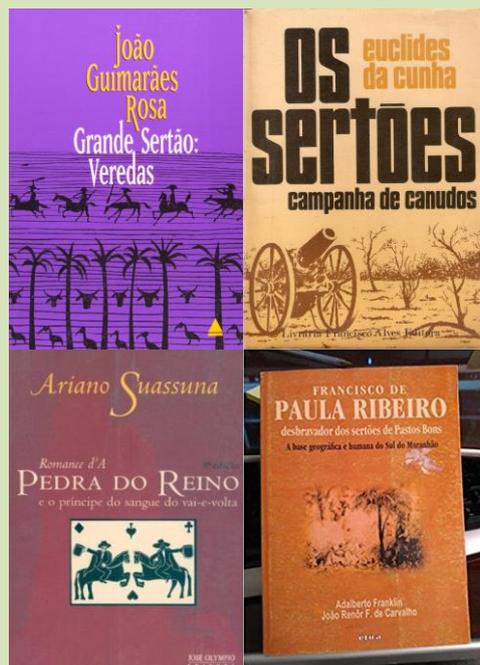


## GLOSSÁRIO

**Multifacetada:** Termo relacionado a algo que tem várias características.

**Medievalidades:** Aquilo que está relacionado ou tem característica da Idade Média.

**Novela de cavalaria:** As novelas de cavalaria foram enredos derivados de poemas fabulosos, foram populares no medievalismo.



Algumas obras de autores brasileiros que tem narrativas com reminiscências medievais.

viagem para demarcação do limite entre Maranhão e Pará também mostra as medievalidades presentes no Estado ao descrever a divisão socioespacial que se assemelha aos feudos medievais e seus mansos.

Ainda no Maranhão, o sebastianismo, fenômeno vivido em comunidades distantes dos grandes centros, representa uma visão medieval na memória do nordeste. No Box ao lado, você poderá acessar um documentário para aprofundar esse tema.

Não podemos esquecer-nos da Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara, festa que tem sua origem na Baixa Idade Média e foi trazida para nosso país pelos portugueses e se mantém até nossos dias com claros aspectos medievais, que estão cristalizados na cultura e no imaginário local, como a representação de uma corte medieval que você pode ver na imagem ao lado. Se sairmos da região nordeste também encontraremos outras reminiscências medievais pelo nosso país a fora, como é o caso das manifestações festivas da Cavalhada no Estado de Goiás, onde se simula uma batalha entre a cristandade e a civilização islâmica. Vestidos de azul representando os cristãos e de vermelho os mouros que são associados ao inferno enquanto a cristandade, de azul o céu, assim simulam a batalha de Reconquista como os fundadores de Portugal, *Henrique de Borgonha*, *Afonso Henriques* e outros monarcas portugueses tiveram no medievo.

A nossa festa popular mais conhecida, o carnaval, também tem sua origem na Idade Média, remontando a Festa dos Loucos, representando a

### *A Ilha de Dom Sebastião*

**Direção:** Márcia Reis e Ivan Canabrava

**Duração:** 23min.

**Produção:** TV Câmara/ 2005

**Sinopse:** Moradores de uma ilha na costa do Maranhão, muitos deles albinos, acreditam que ali mora, em um castelo encantado, o rei Dom Sebastião de Portugal, desaparecido em 1578, na batalha de Alcácer Quibir, no Marrocos.

Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.



Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara Maranhão

Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.



Cavalhadas em Pirenópolis Goiás

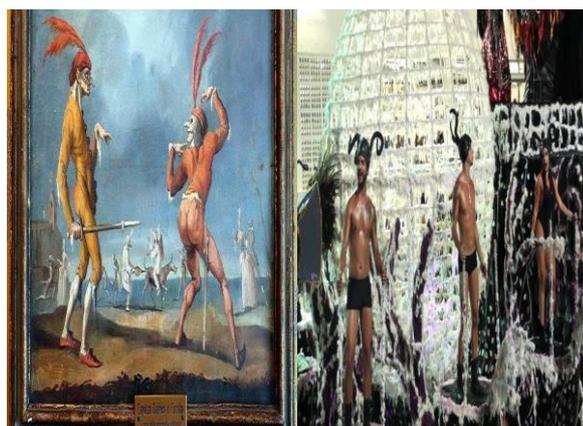
Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.



quebra de barreiras hierárquicas e morais. Em nossos dias, com exceções a algumas sutilezas que fazem variar de região para região, o carnaval em solo brasileiro continua com as mesmas características, pois torna comum a nudez, as gesticulações eróticas e as demasiais alcoólicas, como você pode verificar na imagem ao lado onde fazemos um paralelo entre o carnaval na Idade Média e nos dias atuais.

Essas medievalidades estão também em nosso patrimônio histórico arquitetônico, ou seja, na arquitetura presente em nosso Estado, como os engenhos, do qual ressaltamos o de São Pedro em Pindaré-Mirim. Mesmo inaugurado em 1884, e distante geograficamente e temporalmente do medievo, essas construções tem o poder de rememorar o dia-a-dia dos senhores feudais, pois esses se configuravam como o centro da vida nas localidades onde eram implantados buscando uma autossuficiência típica do mundo feudal. Essas características permaneceram nítidas segundo o historiador Hilário Franco Júnior, no nordeste (Maranhão) e em outros Estados (Rio de Janeiro), do século XVIII ao XIX, o que insere o Engenho Central de Pindaré nesse contexto.

Dito isso, deve-se levar em conta, que a construção de nossa identidade carrega elementos que nos foram transmitidos por homens e mulheres que viveram a Idade Média, não podemos omitir os aspectos culturais que compõem nosso modo de agir pensar e sentir que em parte veio nas naus portuguesas e que estão vivas até nossos dias. Compartilhamos com eles, não apenas a língua, ou o



Um paralelo entre o carnaval na Idade Média e o carnaval no Brasil contemporâneo



Aponte a câmera de seu celular para os QR codes para acessar os sites das imagens.



Engenho Central de São Pedro, conhecido também com Engenho Central de Pindaré, antes e depois da revitalização. / Imagens cedidas pela historiadora Lindalva dos Santos Corrêa

Aponte a câmera de seu celular para os QR code para acessar o acervo digital organizado pela Profa. Lindalva com fotos do Engenho Central

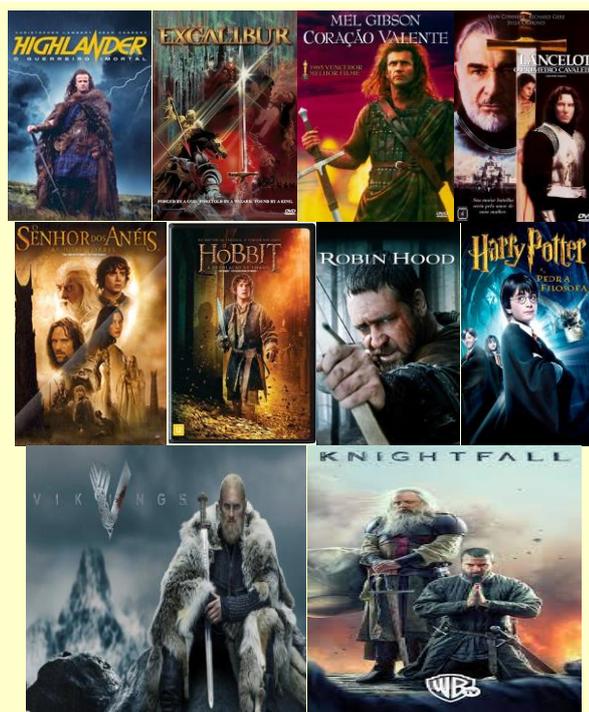


espírito cristão que mesmo após 520 anos ainda é a maioria da população de nosso país, ou as festas populares que encarnaram com o passar do tempo às comemorações religiosas. Todos esses pontos estão concretizados na memória e no imaginário do povo brasileiro, quer seja em um âmbito nacional, regional ou local, vivemos e acessamos nosso passado medieval por meio da literatura, da música, do corpo arquitetônico, das festas, das liturgias religiosas, pois esse medievo residual presente em nosso cotidiano proveniente de outra cultura, a portuguesa está atrelada a nossa mesmo que com algumas modificações.

Em um texto do historiador Hilário Franco Júnior podemos ter uma ideia mais clara sobre a Idade Média, e provar que ela não foi um período onde reinou o continuísmo e o retrocesso, mas que foi um período de intenso crescimento e evolução, o texto que se encontra ao lado também nos ajuda a desmistificar a Idade Média que é vista e apropriada apenas pela via do mágico e do maravilhoso, de cavaleiros, damas, fadas, gnomos, florestas encantadas e toda sorte de representação que nos chega pelo cinema com filmes e séries que foram inspiradas no medievo, tais como; *Highlander* de 1986, *Excalibur* de 1981, *Coração Valente* de 1995, *Lancelot, o Primeiro Cavaleiro* de 1995, *O Senhor dos Anéis* de 2002, *Hobbit* de 2012, *Hobin Hood* de 2010, *Harry Potter* de 2001, *Vikings* de 2013, *Templários* de 2017, dentre outras produções e pelos livros de fantasia que mostram uma Idade Média mítica. Provando que o medievo está em toda parte compõe nosso cotidiano.

### Historiando

Pensemos num dia comum de uma pessoa comum. Tudo começa com algumas invenções medievais: ela põe **sua roupa de baixo** (que os romanos conheciam, mas não usavam), veste calças compridas (antes, gregos e romanos usavam túnica, peça inteira, longa, que cobria todo o corpo), passa um **cinto fechado com fivela** (antes ele era amarrado). A seguir, põe uma camisa e faz um gesto simples, automático, tocando pequenos objetos que também relembram a Idade Média, quando foram inventados, por volta de 1204: **os botões**. Então ela põe os **óculos** (criados em torno de 1285, provavelmente na Itália) [...]. Ao chegar na escola ou no trabalho, ela consulta um **calendário** e [...]. Assim fazendo, ela pratica sem perceber alguns ensinamentos medievais. Foi um monge do século VI que estabeleceu o sistema de contar os anos a partir do nascimento de Cristo. Essa data (25 de dezembro) e o dia de Páscoa (variável) também foram estabelecidos pelos homens da Idade Média. [...]. Para começar a trabalhar, a pessoa possivelmente abrirá um livro para procurar alguma informação, e assim homenageará de novo a Idade Média, época em que surgiu a ideia de substituir o incômodo rolo no qual os romanos escreviam. [...]. Tendo encontrado o que queria, a pessoa talvez pegue uma folha em branco para anotar e, outra vez, faz isso graças aos medievais. Deles recebemos o papel, inventado anteriormente na China, mas popularizado na Europa a partir do século XII. [...]. O formato das letras que ali aparecem, assim como em jornais, revistas, livros e na nossa caligrafia, foi criado por monges da época de Carlos Magno. Sentindo fome, a pessoa levanta os olhos e consulta o relógio na parede da sala, imitando gesto inaugurado pelos medievais. Foram eles que criaram, em fins do século XIII, um mecanismo para medir o passar do tempo, independentemente da época do ano e das condições climáticas. Sendo hora do almoço, a pessoa vai para casa ou para o restaurante e senta-se à mesa. [...]. Da mesma forma que os medievais, pegamos os alimentos com colher (criada aproximadamente em 1285) e garfo (século XI, de uso difundido no XIV). [...]. À noite, enfim, a pessoa vai à universidade, instituição que em pleno século XXI ainda guarda as características básicas do século XII, quando surgiu. (FRANCO JUNIOR, 2008).



Filmes e séries que tem como pano de fundo a Idade Média

## Revisitando o Conteúdo

1. Como você percebeu o conceito de Idade Média não se esgota na temporalidade tradicional que lhe é atribuída, os mil anos que separam a Antiguidade da Modernidade, ela ultrapassa essa Idade Média histórica, existindo reminiscências dos desdobramentos do processo de fragmentação do medievo. De posse dessas informações, liste os elementos residuais da Idade Média presentes em nossos dias.

---

---

---

2. Das reminiscências medievais presentes em no Estado do Maranhão qual você tem relação direta ou indireta? Cite se em sua cidade há a presença de alguma medievalidade.

---

---

---

3. Você pode ainda não ter percebido, mas, o passado medieval tem sido utilizado de forma sistemática para discursos e projetos políticos no Brasil, em especial nas redes sociais pela extrema direita, que utiliza símbolos e termos medievais como a figura dos cavaleiros templários e expressões como “*Deus vult*”, expressão do latim que em português significa “*Deus quer*”. Observe as imagens abaixo e faça a análise sobre elas.



Imagem 1 representando as cruzadas na idade média, imagens 2 e 3 uma Idade Média Imaginada, representando apropriações de elementos medievais pela direita no Brasil

a) Pesquise o que de fato foram as Cruzadas, e como esse discurso foi adaptado à realidade de nosso país.

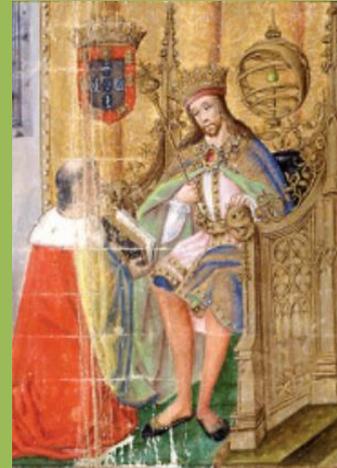
# CAPÍTULO

## Dom Duarte o Rei-filósofo

### 2.1. Você já ouviu falar de D. Duarte?

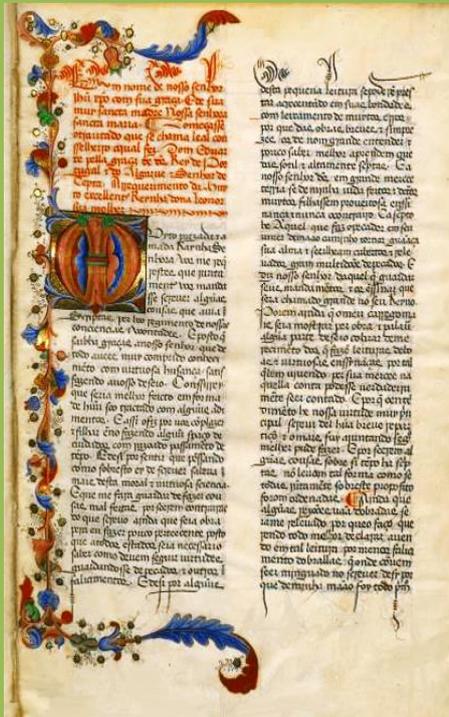
Este monarca foi o décimo primeiro rei de Portugal e o segundo rei da Dinastia de Avis, provavelmente tenha ficado mais conhecido por suas obras do que por sua curta administração, no entanto, isso não lançou nenhuma mácula em seu breve governo. Em seu reinado, já em um relativo período de estabilidade não precisou pegar em armas como seu pai, para manter-se no poder. Dom Duarte reinou entre 1433-1438, esse soberano português foi um homem muito preocupado com o conhecimento, foi escritor de livros muito importantes tais como: o *Leal Conselheiro*, o *Livro dos Conselhos* também conhecido como *Livro da Cartuxa*, escreveu também o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* e um Livro de Horas.

Para além de escrever D. Duarte foi um grande incentivador das letras, organizou e ampliou uma grande Biblioteca Real para os padrões de seu tempo, que em seu reinado chegou à marca de 86 volumes, levando-se em consideração que o medievo foi um período onde ter um livro era algo muito difícil pelas barreiras de produção, tradução e divulgação de textos, com a tradução de obras do latim para língua portuguesa.



Duarte I, apelidado de "o Eloquente" e "o Rei-Filósofo", foi o Rei de Portugal e Algarve de 1433 até à sua morte.

Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.

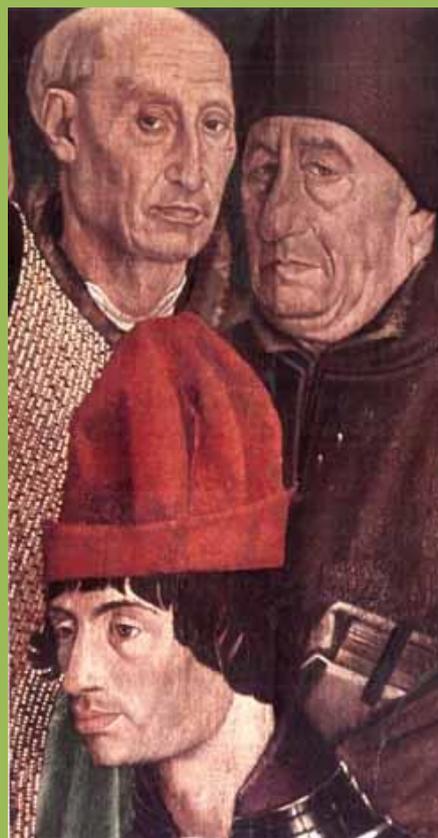


Página da obra principal de D. Duarte o *Leal Conselheiro*.

Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.



D. Duarte foi um rei muito culto e apaixonado pelas letras, sendo ele incentivador de traduções de obras de autores de outros países, para a língua portuguesa chegando a escrever sobre como bem traduzir um texto. Esse monarca foi leitor das obras da Antiguidade Clássica, sendo assim homem erudito e prova disso está exposto em seus escritos, onde encontramos referências a Platão, Cícero entre outros autores, que demonstra o volume de leitura que o nobre rei tinha, não sendo apenas colecionador de livros, mas leitor deles. Uma característica muito importante da administração de D. Duarte foi a preocupação com a História Oficial de seu reino. Buscou assim construir uma lembrança válida dos acontecimentos que levaram a sua dinastia ao poder em 1385. Para isso contratou um cronista para por em escrito a história de todos os reis portugueses até os seus dias. Incumbindo a Fernão Lopes, em 1434 essa tarefa. Devemos nos lembrar de que a memória está ligada aos saberes, às identidades étnicas de um povo, ela reflete diretamente as suas formas de organização sociais e também na maneira com que esses se relacionam ente si. E partindo desses elementos, D. Duarte implementou uma narrativa, que estava sustentada pela própria conjuntura da realidade vivida no período medieval, característica da literatura avisina, que têm forte apelo religioso, característica notada em seus textos e nos escritos encomendados por ele a Fernão Lopes, do qual temos uma fração da *Crónica de D. João I*.



Ao fundo segurando um Livro, o  
**Cronista Fernão Lopes**

Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.



Crónica de D. João I, primeira parte,  
Escrita por Fernão Lopes

Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.



Essa crônica ficou conhecida como a crônica de refundação de Portugal, essa partícula, por exemplo, narra como o Mestre de Avis, assassina o Conde de Andeiro, o que lavaria simbolicamente a honra do povo português e do Rei *Formoso* D. Fernando, seu irmão.

Narrador: Diogo Infante/ 2010/ 29 min.

Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem



Esse documentário aborda de forma simples e resumida a compilação das crônicas escritas por Fernão Lopes; de D. Pedro I, D. Fernando e D. João I. Além de abordar a função desses documentos de eternizar a memória e legitimar a dinastia, faz-se uma concisa viagem sobre o contexto histórico de Portugal entre o final do século XIV e primeiro quartel do século XV.

## 2.2. D. Duarte um rei preocupado com as letras e com a educação

D. Duarte é considerado o grande arquiteto da propaganda de aparência moral e doutrinária da Dinastia de Avis, ele preocupou-se em educar os aliados da casa avisina em sua maioria secundogênitos. Para, além disso, o *rei filósofo* tenha por objetivo impor um modelo de comportamento que fosse adotado por toda a nobreza e por observação e exemplo alcançar toda a sociedade de seu tempo.

Em sua obra principal, esse monarca mostra claramente seu objetivo de educar a sociedade portuguesa, na fração do Leal Conselheiro ao lado podemos detectar elementos que estão diretamente alinhados ao pensamento desenvolvido nas obras escritas e encomendadas por D. Duarte, que são criar modelos comportamentais indicados pela dinastia, e para, além disso, serem detentores da memória e do esquecimento do tecido social português de seus dias.

D. Duarte expõe sua visão de sociedade ideal, que para ele seria livre de vícios e pecados, e formada por homens bons e virtuosos tocados pela graça divina, em seus “leais conselhos” faz interagirem o seus desejos de moldar o agir social e os designíos religiosos, o eloquente monarca em um capítulo do *Leal Conselheiro*, (XXXVI) intitulado

### *De olho no documento*

#### *Faça a leitura dessa fração do texto*

*Podellooes seus praz chamar leal cõsselheiro porq̃ ajnda q̃ me nõ atreua certificar q̃ da etodos boons cõnsselhos, sey q̃ lealmête he todo scripto meu peq̃no saber, embargado em todo geeral regimêto de justiça de meus Reynos e Senhorio. E filhayo por huũ A.B.C. de lealdade. Ca he feicto principalmête pra senhores e gête de suas casas q̃ na theorica de taaes feictos ã respeito dos sabedores, por mocos deuemos seer cotados pra os quaaes. A, B, C, he sua própria ãssinãça.*

(D. DUARTE, 1643, p. 02–03) (grifos nossos).

### *Dialogando Sobre*

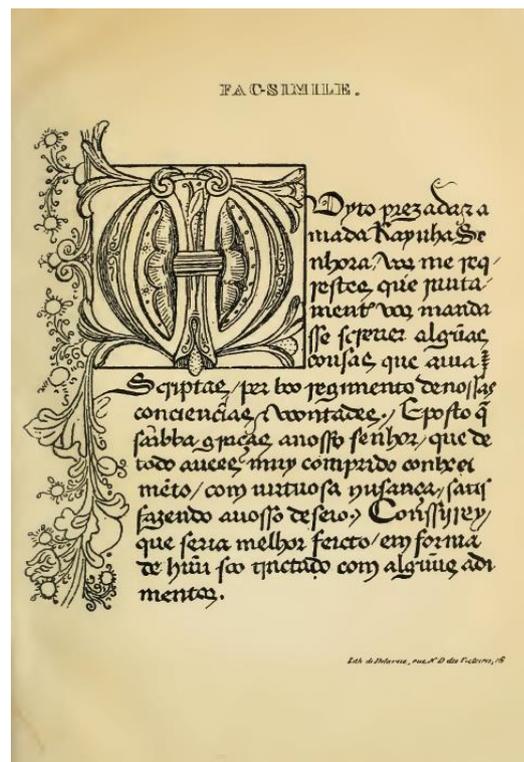


1. Em sua opinião, ao ler o texto é possível afirmar que D. Duarte ao colocar-se na posição de quem aconselha seus leitores a seguir uma vida virtuosa, tem o objetivo de ensinar como os leitores devem se comportar?

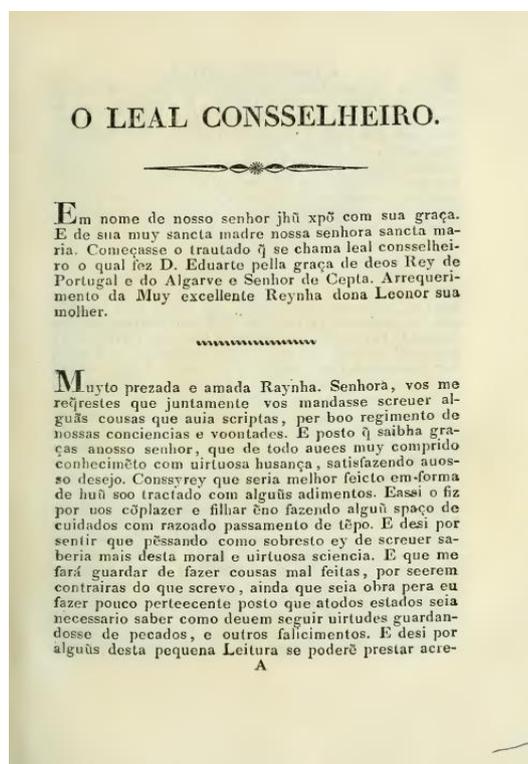
“Sobre departidas cousas q̄ devemos crer”, em mais de 04 páginas indica que, no que diz respeito à matéria religiosa todos devem seguir os ensinamentos pregados pela Igreja Católica. Cita Ramon Llull como fonte segura de ensinamentos para fugir dos perigos da “*têtaçom*”, assim como nos capítulos onde conceitua vícios e virtudes. Segundo o nobre rei, o melhor caminho para manter-se firme na fé, seria a “*symprez obediência*”, que para ele em resumo seria acreditar no que a santa igreja, nesse caso a Igreja Católica manda crer, cita também uma obra que visava à educação dos príncipes chamada de “*livro doregymto dos pryncypes*”.

Devemos considerar também, que o desejo desse rei não se trata apenas de tornar iguais os comportamentos, mas sua ação tem também a finalidade de alcançar uma boa governança, ou seja, tornar mais fácil o exercício do poder, pois uma sociedade disciplinada é mais fácil de ser conduzida, ele o faz para que sejam impregnados nos pensamento tais ordenanças. D. Duarte foi um monarca que acredita no controle das ações a partir do controle dos desejos, controlando-se o coração, que de forma figurativa seria responsável pelos sentimentos mais diversos, poder-se-ia educar os hábitos se o coração também o fosse. Assim, esse rei tenta pelo meio religioso associar dever de obediências a Deus a uma boa conduta no plano terreno, objetivando garantir obediência a Deus e a ele próprio como seu representante.

Seus leais conselhos estão cheios de preceitos religiosos, típico do medievo, onde a



Versão fac-símile, ou seja, cópia direta do original do Leal Conselheiro.

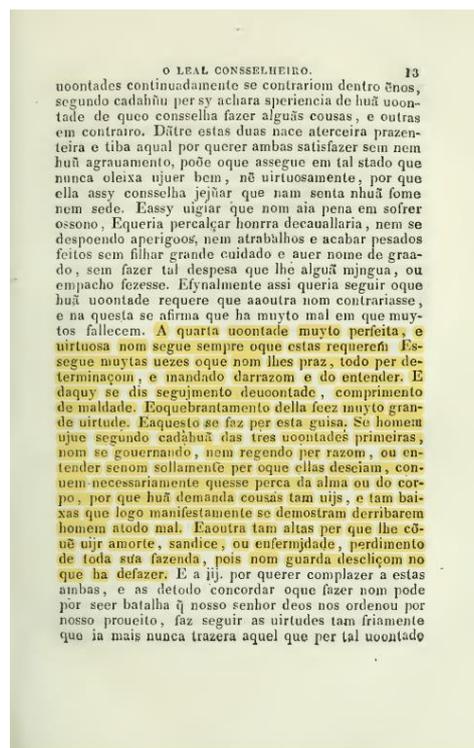


Versão fac-símile, ou seja, cópia direta do original do Leal Conselheiro.

religião tinha considerável influência no modo como as pessoas percebiam o mundo ao seu redor. Isso pode ser facilmente visualizado em sua escrita quando no início do *Leal Conselheiro* o monarca diz que está a escrever pela graça de Jesus Cristo e sua mãe Maria.

Assim escreve, se apoiando nos preceitos religiosos, pois por meio deles acredita alcançar seu objetivo de educar seus nobres e moldar uma sociedade virtuosa, e como você pode ler na fração do *Leal Conselheiro* ao lado, que sugere o “Eloquente” monarca, as perfeitas e virtuosas “*uontades*”, (vontades/desejos) e chama a atenção para o perigo que, aqueles que não a seguem, pois segundo ele, correm o risco de perderem-se por seguirem maus caminhos e vis práticas que acabam por destruir o homem.

Além disso, o nobre rei em sua escrita tenta mostrar os benefícios que os adeptos de uma vida de virtude teriam. Segundo D. Duarte, aqueles que não seguiam uma vida virtuosa teriam uma vida trabalhosa, cheia de dores e tormentos como se nunca pudessem descansar, travariam batalhas, passariam fome, caracterizando sempre com aspectos negativos, chegando a dizer que vivem como bestas selvagens aqueles que não resistem aos desejos e as adotam como modelo de vida. No entanto, aqueles que levassem uma vida de acordo com a quarta vontade, seriam agraciados em vida, pois, era um seguimento “*peraalma, corpo, stado, e fazenda das pessoas*”, que de Deus receberiam toda graça e bem. Tal paralelo, pode ler observado na leitura do box ao lado.



Versão fac-símile, ou seja, cópia direta do original do *Leal Conselheiro*. p. 13.

#### *Texto do Leal Conselheiro*

E a iij. por querer complazer a estas ambas, e as detodo concordar oque fazer nom pode **por seer batalha ã nosso senhor deos nos ordenou por nosso proveito, faz seguir as virtudes** tam friamente que ia mais nunca trazer aquel que per tal voontade se governar anem huü boo estado **Eassi ocomprimento destas tres faz seguir e cair em grandes erros e maldades.** Eaquarta todo per ocontrayro, por que todallas cousas quessse apresentam ao coração de cada huã destas tres as oferece ao entender que julgue se som desfazer, ou leixar. [...] **Quando avontade carnal se quer deitar aaquellas cousas ia dictas, e esta nom lho consente, mais faz lhe sofrer fame, sede, sono, e despoersse agrandes perigoos e trabalhos, despesas...** [...] E per aquesto ã screvj, açguüs que tanto nom sabẽ poderam conhecer como destas voontades continuadamente têtados e requeridos. E como as primeiras tres nom devemos seguir mas todos nossos feitos e cuidados governar... [...] Eaqueste he ocamjnho da descliçom que em nossa linguagem **chamamos verdadeiro siso, ã se per ella regem com agraçã de deos atodo bem, e arredar de grandes malles.** Essobresta quarta voontade faz fundamento arreal prudencia per que scolhemos obem do mal, dos beens o mayor, e do mal omenos, em todos nossos próprios factos. (D. DUARTE, 1843, p. 14-15, grifos nossos).

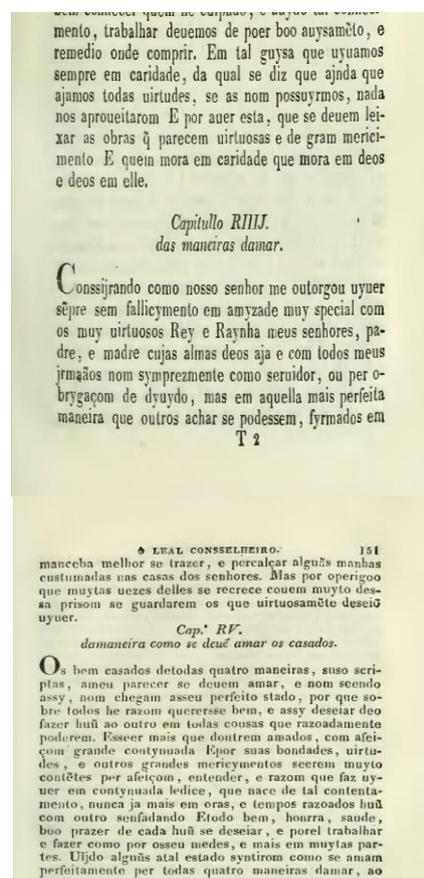
Sobre o tema, assim escreve o nobre rei, e justifica sua escrita, que segundo ele, é motivada pela ausência de saber sobre o tema que alguns têm, e assim possa conhecer e saber como fugir dos sentimentos desvairados a partir da leitura de seus conselhos. Dessa forma, o modelo mais pregado pelo nobre autor é o de homem virtuoso, que era observante dos regramentos religiosos como comungar e fazer jejuns “*ao menos huã ues no ãno*”, (pelo menos uma vez por ano) a regramentos mais específicos acerca da convivência como; “*nom receber os parêtes*”, (não receber os parentes), ato que recebe tratamento de pecado por D. Duarte e que estão diretamente ligados à realidade vivida, ou seja, ao cotidiano das pessoas e seu modo de comportamento tanto quando estão sozinhos ou na presença de outras pessoas.

### 2.3. D. Duarte e seus leais conselhos

No Leal conselheiro, D. Duarte se utiliza por muitas vezes da pedagogia do exemplo, ou seja, para indicar comportamentos que ele julgava serem bons o nobre rei apontava um personagem que se encaixava no comportamento desejado por ele, no geral esses personagens eram elementos da própria família do monarca, seus pais, seus irmãos e ele próprio eram os modelos virtuosos a serem seguidos.

Os conselhos deste rei variavam desde modos de se comportar a mesa ao falar do pecado da gula que deveria ser evitado, até os relacionamentos amorosos dos quais ele dedicou várias páginas de sua obra. Assim, fala *das maneiras com que devem amar os casados*, capítulo 45, *da forma com que os casados devem tratar suas mulheres para que tenham boas esposas* capítulo 46.

Inclusive neste capítulo, chega a dizer que seria melhor aos maridos serem temidos que amados por suas esposas, pois assim conseguiriam alcançar o verdadeiro amor que para ele era a *grande amizade*. Escreve também *das maneiras de amar* capítulo 44, e dedica uma longa discussão sobre o coração e os sentimentos que o teriam maior poder sobre ele, pois acreditava que esse órgão era o centro de todos os sentimentos, e se caso controlasse os corações, conseguirias controlar as pessoas.



Leal Conselheiro p. 147. *Das maneiras damar.* e p. 151 *Da maneira como se devem amar os casados.*

## 2.4. Aprofundando o conteúdo: A Dinastia de Avis foi muito preocupada com o educar

Como você percebeu no capítulo um, a dinastia de Avis, que foi o grupo vitorioso dos acontecimentos que ficaram conhecidos como Revolução de Avis tem sua origem em um problema de legitimidade, pois seu iniciador D. João I era filho bastardo de D. Pedro I com D. Teresa Lourenço, sendo sua ascensão ao poder dada mais pelas circunstâncias vividas em Portugal em 1383-1385, do que por direito sucessório.

Para tentar corrigir essa falha carregada pela nova casa dinástica, tem-se a produção de uma intensa propaganda que teve por principal objetivo legitimar D. João I e seus sucessores, garantindo assim o direito de seus filhos de serem no futuro coroados reis de Portugal sem serem acusados de ilegítimos.

D. Duarte segundo monarca dessa Casa Real, e já associado à administração do reino desde muito jovem sendo muito cedo preparado para reinar e já em 1412 estava formalmente associado à governança. É a ele, D. Duarte o Rei-filosofo que alguns historiadores atribuem o papel de grande organizador da literatura que propagava os ideais de legitimidade, louvor à dinastia e sua proposta de modelos ideais a serem imitados pela sociedade do período.

Por esse motivo os reis e príncipes da primeira geração de Avis foram muito preocupados em educar e sugerir comportamentos virtuosos, pois dessa forma os fortaleciam no campo simbólico e lhes permitia uma boa governança. Nesse contexto, múltiplas obras com finalidade doutrinária e educativa são escritas. D. João I escreveu o *Livro da Montaria*, D. Duarte escreveu o *Livro da Ensinança*, o *Leal Conselheiro*, o *Livro dos Conselhos*. Além disso, encarrega Fernão Lopes de por em escrito a história dos reis de portugueses em crônica até o reinado de D. João I, dessas crônicas apenas três chegaram aos nossos dias as *Crônicas de D. Pedro I*, de *D. Fernando I* e de *D. João I o rei da Boa Memoria* que você pode ver ao lado e acessar os sites para conhecer o *Leal Conselheiro* e a *Crônica de D. João I*, para aprofundamento deste tema.



Crônica de D. João I, escrita por Fernão Lopes e o *Leal Conselheiro*, redigido por D. Duarte.



Aponte a câmera de seu celular para os QR codes para acessar os sites e baixar os documentos.





# CAPITULO

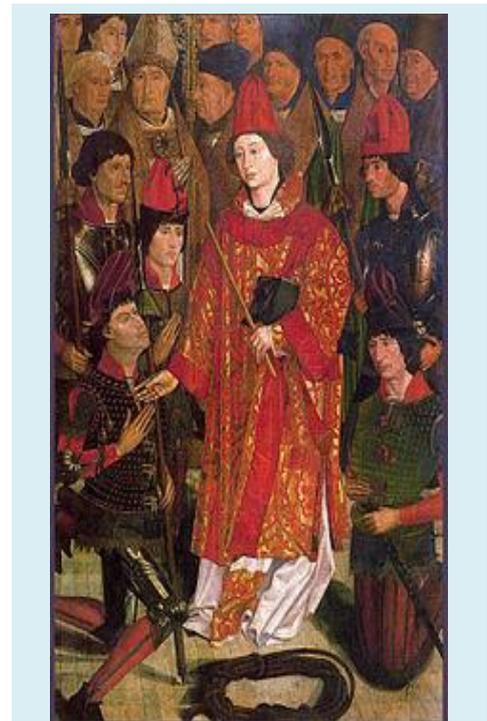
*Fernão Lopes Historiador a serviço da Dinastia de Avis*

## 3.1. Você já ouviu falar em Fernão Lopes?

Este nome já foi mencionado algumas vezes nesse material, até o momento sabemos que a Fernão Lopes foi dada a tarefa de pôr em escrito a História dos reis portugueses até D. João I. Para esse João, cabia ao cronista outra tarefa, além de assim como os demais cronistas que teciam louvores aos grandes feitos de seus biografados, ficou também a seu encargo edificar a imagem de um rei ideal em D. João I, o iniciador da Dinastia de Avis, e de tentar apagar da memória dos portugueses sua bastardia.

Sua obra é mais conhecida do que sua feição, pois as fontes que possibilitem a construção de um perfil para Lopes são poucas. O último rosto no canto superior direito, com um livro fechado debaixo do braço na imagem ao lado, provavelmente pertence ao cronista dos três primeiros monarcas avisinos. Responsável pela escrita dos fatos do levante popular que será considerado uma revolução para os historiadores portugueses.

Mesmo com poucas informações a seu respeito, é possível destacar alguns elementos que em um quadro geral remontam ao seu perfil e consecutivamente sua narrativa com intenção de memória, pois para além de legitimar D. João I e seus descendentes sua escrita tinha o papel de guardar na memória dos portugueses uma imagem positiva sobre os monarcas avisinos.



Painéis de São Vicente (réplica); Museu do Forte da Ponta da Bandeira; Lagos, Portugal.

Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.



Os sentimentos e as circunstâncias de sua época foram fundamentais na construção de sua narrativa, ademais, entendemos que Lopes capturou toda a conjuntura política e religiosa e a utilizou a seu favor. A partir disso, o cronista elaborou a ordenação que permitiu interagir

com o ambiente, fortalecendo assim a imagem de um grupo selecionado de antemão e utilizando-a para legitimar e doutrinar por modelos indicados ou sugeridos. A narrativa lopesiana se caracteriza pela inclinação a objetivos que implicam a realização de ações futuras, uma escrita com claro fito político em seu ato de memória.

Fernão Lopes foi contemporâneo dos fatos ocorridos entre 1383-1385, pois mesmo não se sabendo sua naturalidade, sabe-se que viveu longamente tendo possivelmente nascido em 1380 e 1390, e documentações ainda o citam em 1459, porém é desconhecido ano e onde teria ocorrido sua morte. O historiador João Gouveia Monteiro afirma em seu livro de 1988, que Fernão Lopes inicia sua carreira entrando para a história em 1418, ano que substituiu Gonçalo Gonçalves e passa a ser guardador das escrituras do Tombo, cargo relativamente importante que ocupa até sua aposentadoria em meados de 1454.

O que se sabe, é que Fernão Lopes teria uma origem humilde, mas que conseguiu alcançar uma célebre carreira, o autor das duas primeiras partes do monarca que por ele é tratado como aquele que foi o primeiro de gloriosa memória. Lopes foi inicialmente o escrivão da puridade do infante D. Fernando o que representava um alto cargo na coroa portuguesa durante o medievo, por sua origem humilde pouco se sabe sobre sua formação intelectual, mas tendo possivelmente formação monástica o que significa que estudou em um mosteiro ou igreja, o que se afirma quanto a isso é que deve no mínimo ter estudado em uma escola ou até mesmo na catedral de Lisboa.

As notícias que temos sobre Fernão Lopes são apenas hipotéticas, desde seu nascimento que possivelmente ocorreu em 1380, tendo ele apenas três anos quando aconteceu a Revolução que narra na crônica de D. João I. Provavelmente nasceu em Lisboa e seu falecimento também não tem uma data precisa, mas tudo indica que aconteceu por volta de

### *Historiando*

Oliveira Marques, historiador português ao falar de Lopes em seu livro “*História de Portugal*” caracteriza a narrativa lopesiana. A grande obra histórica de Fernão Lopes (*Crónica del-rei D. Pedro*, *Crónica del-rei D. Fernando* e *Crónica del-rei D. João*), escrita entre 1430 e 1450, representa já, mais do que o fim de uma época, o começo de uma nova escola, cujo perfeito florescimento iremos encontrar nos fins do século e no seguinte. Trata Fernão Lopes como aquele que criou uma justificação conveniente, encomendando o príncipe D. Duarte ao arquivista Fernão Lopes a história «*verdadeira*» da época e feitos de seu pai. Fernão Lopes, porém, ainda um homem «*medieval*», combinou o inevitável louvor aos vencedores com um relato franco dos acontecimentos e dos seres humano, que o tornou espantosamente «*moderno*» e científico. (MARQUES, 1977, p. 99-173).

### *Dialogando Sobre*

1. O texto acima de Oliveira Marques, classifica Fernão Lopes com característica de um historiador moderno, mesmo vivendo ele no período medieval. Quais características atribuídas por Marques colocam Fernão Lopes na posição de historiador?

1460, pois há registros que provam que estava vivo em 1459. Em sua carreira que pode ser considerada brilhante Fernão Lopes ocupou os seguintes cargos: guarda-mor da Torre do Tombo, que se configura como um arquivo geral do reino, essa foi instaurada por D. Fernando e posta na torre de menagem do castelo de Lisboa.

Nesse arquivo ele tinha a responsabilidade de administrar e passar certidões por intermédio de ordens reais, nesse período acumulava também o ofício de escrivão dos livros de D. João I, função que ocupou até a morte do rei em 1433. Exerceu o mesmo posto no reinado de D. Duarte, também até a morte desse em 1438. Foi também escrivão da puridade do Infante D. Fernando, posto que ocupou até a morte do infante em 1433, todos cargos de extrema confiança da realeza, foi tabelião-geral do reino, posição privilegiada que só pessoas notáveis ocupavam.

Em 1419 de forma extraoficial, e por carta régia de 19 de março de 1434, encarregado por D. Duarte de escrever em crônica a história de todos os reis de Portugal incluindo o seu pai D. João I, como cronista oficial do reino Fernão Lopes recebia um tença anual de 14.000 reis. Até os nossos dias chegaram apenas três crônicas, a *Crónica del Rei Dom Pedro, o Sereníssimo Senhor*, a *Crónica del Rei Dom Fernando, o Formoso* e a *Crónica del Rei Dom Joam, o de Boa Memoria*. Obras que você pode ver ao lado. Você já deve ter notado que há um dado importante sobre a escrita de Fernão Lopes, o que veremos no tópico seguinte.

### Torre do Tombo a maior guardiã da História

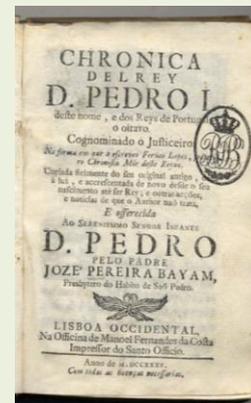


Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site, e assistir um vídeo sobre a Torre do Tombo.



Torre do Tombo, Campo Grande, Lisboa, Portugal: vista da fachada.

Aponte a câmera de seu celular para o QR code para acessar o site da imagem.



*Crônicas del Rei Dom Pedro; del Rei Dom Fernando e del Rei Dom Joam, o de Boa Memoria.*

### 3.2. A escrita lopesiana e a preocupação da Dinastia de Avis com a memória

Fernão Lopes foi homem da confiança dos primeiros monarcas da Casa Real Avisina, sendo secretário de D. João I de 1419, até sua morte. Foi esse homem extremamente ligado à segunda monarquia portuguesa, de tal forma que o príncipe real D. Fernando deixa em testamento a Fernão Lopes, um livro e 50\$000 réis. Vínculo esse que foi construído em longas décadas de trabalho para a coroa. Mas, porque o cronista oficial do reino foi tão importante para receber até mesmo herança de seu senhor? A resposta para esse questionamento está na maneira em que manejou a pena e construiu uma imagem favorável à dinastia nos seus escritos, fator esse decisivo para a continuidade da nova ordem que foi estabelecida com o fim da Revolução de Avis em 1385.

Fernão Lopes ao escrever se destaca em relação à forma de conduzir os fatos, foi preocupado em construir uma história vestida de verdade, o que lhe aproximou a concepção moderna da arte de fazer história, pois Lopes efetuou uma cuidadosa investigação e se apoiou em escritos que segundo ele, eram dignos de confiança, em sua investigação o cronista verificou datas, foi a cemitérios verificar nomes em lápides. No seu texto, se diz comprometido com a verdade e que é diferente dos demais que escreveram antes dele; em seus escritos diz não está preocupado com belas palavras e ornamentos, mas sim com a crua verdade. Esse dado é o que separa a escrita lopesiana do que foi produzido em Portugal até os seus dias. A produção de uma narrativa que fosse digna de confiança, que fosse tomada como verdade por seus leitores/ouvintes; estava ele mais preocupado em fornecer informações confiáveis do que retórica. Dessa forma, ele age como um historiador, pois tem cuidado com suas fontes, verifica os materiais que tem a sua disposição para reconstruir os fatos, tendo um zelo pela verdade e pela precisão, sendo muito prudente ao extrair informações de depoimentos. Essa verdade ou critério rigoroso eram extremamente vitais, pois os receptores dessa mensagem deveriam confiar no relato para poderem guardá-la em suas memórias.

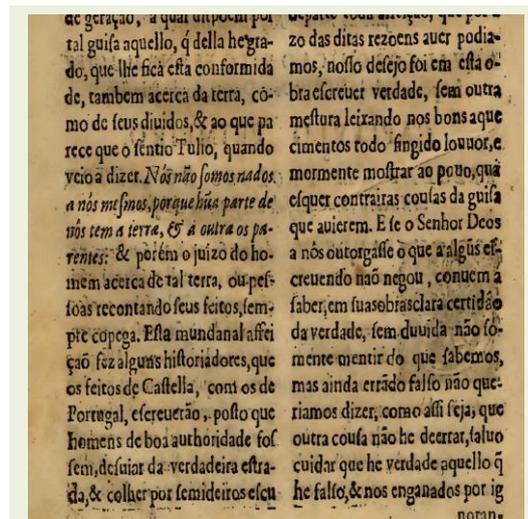
Pois, se faz necessário um fundo de sentido útil e prático para que um grupo guarde determinadas recordações, pois o passado só tem validade se é conferido a ele valor significativo, se é dado a ele teor simbólico, conteúdo interior aplicável à realidade presente. Veja ao lado, a fala do sociólogo Maurice Halbwachs sobre memória.

#### *Dialogando com a Sociologia*

O tempo é real somente à **medida em que tem um conteúdo**, isto é, quando oferece um conteúdo de acontecimentos ao pensamento. **É limitado e relativo, porém tem uma realidade plena. É muito amplo, aliás, para oferecer as consciências individuais um quadro suficientemente respaldado para que elas possam dispor e encontrar suas lembranças.** (HALBWACHS, 1990, p. 130, grifo do autor).

Na fração da crônica ao lado, Fernão Lopes diz ser diferente dos outros que já grafaram a história do reino, mostra-se como o novo em oposição a “velhas escrituras”. E será essa narrativa sempre buscando respaldo da verdade que iremos encontrar no cronista, foi ele preocupado em atestar a verdade:

*“nosso desejo foi em esta obra escrever uerdade, sem outra mestura... [...] por ignorancia de velhas escrituras, & desauisados autores, bem podíamos ditando errar; porém que escreuendo homem do que não he certo, ou contar mais curto do que foi, ou falar mais largo do que deuemos, mentirá, & este costume he muito afastado de nossa uontade.”* (CDJ, 1644, p. 02-03).



Crônica de D. João I.

Essa preocupação fará com que os escritos de Fernão Lopes sejam tratados como pontos seguros para reconstrução da memória, dos acontecimentos entre 1383 e 1385. Deve-se ressaltar também que seu discurso não se presta apenas para fortalecer a imagem do iniciador da nova dinastia, como também prejudicar a imagem de outros, em especial os seus opositores, para que ficassem cristalizados na memória os pró-avisinos, e os adversários, como a fração da *Crônica de D. João I* digitada abaixo.

Outra marca da escrita de Fernão Lopes é seu jogo de luz e sombras, característica mais geral dos escritos avisinos, pois sempre deixa evidente em sua narrativa os opostos, bons e maus, virtuosos e pecadores, aquele que seriam exemplos a serem seguidos e os exemplos dos quais deveriam desprezar. Deve-se levar em consideração o contexto medieval, suas crenças e a forma com que os homens dessa época enxergavam o mundo.

Allgus poucos, que ao Mestre foram companheiros em defender o Reyno de seus inimigos, onde não escreuendo por ordem de fidalguia, mas como a mão quizer mover a pena. **O primeiro nesta ladainha seja o mui nobre Nuno Aluares Pereira, gloria, & louuor de todo seu linhagem**, cuja claridade bem ser uir nunca se fez aclypse, nem perdeo seu lume. [...] por breve, & falazosa comparação, elle, & os da sua companhia deuem ser postos primeiro, que outros, **por-q assi como o Filho deDeos depois da morre, quetomou por falar a humanal linguagem, mandou pelo mundo seus apostopos prégar o Euangelho a toda criatura, pela qual rezam sam postos em começ da ladainha, nomeando primeiro São Pedro, assi o Mestre se poz a morrer, se compriria por falação da terra, que seus auós ganharão. Enuiu Nuno Aluarez, & seus companheiros.** (CDJ, CLIX, p. 312).

Não podemos esquecer que a religiosidade exercia importante influência sobre a vida das pessoas, e que o acesso à leitura era privilégio de poucos e a leitura de tais textos se dava em salões e espaços públicos. Dessa forma, os escritos de Fernão Lopes se apresentam como uma ferramenta não apenas de legitimação simbólica como também de cristalização da memória das ações de determinados grupos e conferindo legitimidade do uso do poder a uns, no caso a Dinastia de Avis, e a outros o desfavor do esquecimento.

## Revisitando o Conteúdo

### 1. Caracterize a escrita de Fernão Lopes.

---

---

### 2. Assinale a alternativa incorreta a respeito de Fernão Lopes.

- a) Foi escrivão da puridade do Infante D. Fernando.
- b) Foi Guarda-mor da Torre do Tombo.
- c) Escreveu a Crónica da Conquista de Ceuta.
- d) Escreveu as Crónicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João.

### Atente-se ao texto, para responder as questões 3 e 4:

*“Se outros por uentura em esta coronicar buscão fermosura, & não acertidão das histórias, desprazerlhe há de nosso rezoado, muito ligeiro a elle de ouvir, & não sem grande trabalho em nos de o ordenar. [...] antepoemos a simpres uerdde, ã afermosentado falsidade.”*  
(Fernão Lopes, *Crónica de D. João*, p. 03).

### 3. A partir da leitura do texto, quais características da escrita lopesiana podem ser notadas?

---

---

### 4. Dialogando com a disciplina de Língua Portuguesa faça uma descrição das principais diferenças entre o Português vigente em 1644, data denotada na leitura do texto.

---

---

### 5. Uma das finalidades das crônicas encomendadas por D. Duarte a Fernão Lopes era a da perpetuação de uma imagem positiva sobre a Dinastia de Avis, de acordo com o que você estudou qual o motivo da necessidade da construção dessa memória?

---

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa viagem de aprofundamento pela Idade Medieval de Portugal e a Revolução de Avis termina aqui, espero que tenha contribuído para a formação de um olhar diferente sobre a Idade Média e a importância de estudá-la, em especial a História moldada na Península Ibérica onde se insere Portugal. Espero também que de agora em diante consigam observar com olhar mais crítico e identificar as medievalidades presentes em nossos cotidianos, que esse produto tenha sido como uma lupa que permite examinar e enxergar de perto esses resíduos medievais no Brasil, no Nordeste e no Maranhão.

Concluimos aqui, no entanto, isso não significa que devemos parar nesta obra, nosso desejo é que vocês possam explorar ainda mais os personagens, a temporalidade e os documentos aqui estudados; que este produto pedagógico seja uma janela de onde se possam observar os possíveis horizontes de estudo sobre a Idade Média.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

### FONTES PRIMÁRIAS:

D. DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Escrito pelo Senhor Dom Duarte, Rei de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta. Fielmente copiado do manuscrito da Biblioteca Real de Paris. Lisboa, Na Typographia Rollandiana, 1843.

LOPES, Fernão. **Crónica DelRei Dom Ioham de Boa Memória, o primeiro deste nome e de Portugal o décimo**. Vol. I, cap. I. Fernão Lopes, Lisboa, 1644.

\_\_\_\_\_. **Crónica do Senhor Rei D. Fernando**, nono rei de Portugal. Bibliotheca de Clássicos Portuguezes. Vol. I, por Fernão Lopes, Lisboa, 1895, cap. I- CLXXII.

### OBRAS GERAIS:

BELL, Aurbrey F. G. **Fernão Lopes**. Novas Edições <<Ocidente>>. Tradução do Inglês Álvaro Dória. 2ª Ed. corrigida. Lisboa, 1943.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. Lisboa. Editorial Presença, 1990

CAMÕES. Luís de. **Os Lusíadas**. 4ª ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Camões, 2000.

FRANCO JR, Hilário. **A Idade média: nascimento do ocidente**, São Paulo: Brasiliense, 2001.

FRANCO JR, Hilário. **O Feudalismo**. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

FRANCO JR, Hilário. Raízes medievais do Brasil. **Revista da USP**, São Paulo, n. 78, p. 80-104, junho/agosto, 2008.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Ecos do passado**. Revista de história da Biblioteca Nacional, jun. 2008. Disponível em <https://eroneducador.blogspot.com/2013/03/ecos-do-passado-idade-media-esta-muito.html> . Acesso em 10 junho. 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MACEDO, José Rivair. **Sobre a Idade Média residual no Brasil**. In. **A Idade média portuguesa e o Brasil: reminiscências, transformações, ressignificações**. (Org) José Rivair Macedo. Porto Alegre: Vidrágua, 2011.

MACEDO, José Rivair. Repensando a Idade Média no Ensino de História. In: KARNAL, Leandro (Org.) 2ªed. **História na sala de aula: conceitos, prática e propostas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. **Fernão Lopes e a retórica medieval**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.

MARQUES, A.H Oliveira. **História da Portugal: das origens às revoluções liberais**. 7ª Edição. Palas Editores. Lisboa, 1977.

MONTEIRO, João Gouveia. **Fernão Lopes: Texto e Contexto**. Coimbra: Livraria Minerva, 1988.

OLIVEIRA, Cintya Kelly Barros. Simbologias medievais n'A Pedra do Reino. **Letras Escreve**. Macapá, v. 6, n. I, 1º semestre, 2016.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O Legado português no Brasil: da colônia a emancipação política. Algumas considerações. In: MACEDO, José Rivair (org.). **A Idade média portuguesa e o Brasil: reminiscências, transformações, ressignificações**. Porto Alegre: Vidrúguas, 2011.

RAMOS, Rui. **História de Portugal**. 1ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.

SANTOS, Antonio Marcos Lemos. Memória, imaginário social e modelos educativos: D. Duarte e Fernão Lopes, ordenadores da memória em Avis. In: ZIERER, Adriana et al (Orgs). **Nas trilhas da Antiguidade e Idade Média**. v. 2. São Luís: EDUEMA, 2019.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal, vol. I, 2.ª ed. Editorial Verbo, Lisboa, 1982.

#### **Dicionários:**

BECHARA, Ivanildo. **Dicionário da Língua Portuguesa Ivanildo Bechara**. Atualizado pelo novo Acordo Ortográfico. (52.210 verbete e locuções). 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

BORBA, Francisco S. **Dicionário UNESP do Português contemporâneo**. Curitiba: Piá, 2011.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário de Filosofia. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.